

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**HISTÓRIA SINUOSA DO ARROIO DILÚVIO: UMA ANÁLISE
SOCIOAMBIENTAL NO PERÍODO COLONIAL**

CLAUDIO EVANDRO BUBLITZ

PORTO ALEGRE

2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**HISTÓRIA SINUOSA DO JACAREÍ: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL NO
PERÍODO COLONIAL**

CLAUDIO EVANDRO BUBLITZ

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nina Simone
Vilaverde Moura

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Bublitz, Claudio Evandro
História sinuosa do Jacareí: uma análise
socioambiental no Período Colonial / Claudio Evandro
Bublitz. -- 2018.
82 f.
Orientador: Nina Simone Vilaverde Moura.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto
de Geociências, Bacharelado em Geografia, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Análise histórica espacial ambiental. 2.
Análise histórica colonial urbana. 3. Arroio Dilúvio.
4. Jacareí. 5. História colonial ambiental de Porto
Alegre. I. Moura, Nina Simone Vilaverde, orient.
II. Título.

CLAUDIO EVANDRO BUBLITZ

**HISTÓRIA SINUOSA DO JACAREÍ: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL NO
PERÍODO COLONIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Bacharel em
Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nina Simone
Vilaverde Moura

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luis Alberto Basso

Prof. Dr. Ulisses Franz Bremer

Conceito: **A**

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a Universidade Pública, em especial a UFRGS, que me acolheu em seu mundo acadêmico e ajudou a me preparar para os desafios. Um agradecimento especial, a minha professora orientadora, Dr.^a Nina Simone Vilaverde Moura, por ter reconhecido em mim o potencial necessário para o desenvolvimento desta pesquisa e que, por meio de seus conhecimentos e experiência facilitou a construção do presente trabalho. Agradeço a todo corpo docente do Instituto de Geociências por sua aplicação e seus ensinamentos. Agradeço a todos os meus colegas da graduação, pelo companheirismo e pelo apoio durante todo o curso. Um agradecimento especial também a todos que constroem o conhecimento em prol da justiça social e do povo brasileiro. Gostaria de agradecer a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

A todos, um muito obrigado.

“Lembro-me de você, Riacho... Não porque fosse histórico, ou porque fosse artístico. Eu o amei desde pequeno (mais pequeno...), quando ia à Rua da Margem, e não sabia o que era a história e o que era a arte. Quero-lhe bem há cinquenta anos, pela sua humildade, pela sua poesia. Você não é um pedaço de água, a andar vagorosamente entre duas beiras de terra da minha terra. Você, com aquela mesma ponte, aqueles salgueiros iguais e o céu em cima, mudando sempre, sempre outro, sempre diverso, você é uma criatura que envelheceu como se envelhece entre nós, os resumidos em forma de gente”.

Álvaro Moreyra

RESUMO

Esse trabalho consiste em uma análise histórica espacial ambiental de um dos principais cursos d'água da cidade de Porto Alegre durante o período colonial, o arroio Dilúvio, originalmente denominado de Jacareí. O objetivo principal é o de analisar as origens que irão transformar o arroio ao longo do tempo. Para lograr tal objetivo, buscamos compreender as formas de relacionamento homem/natureza, em particular com o arroio, através de uma contextualização histórica e espacial em dois momentos distintos e antagônicos no que se refere a conservação dos bens naturais. Para consecução dos objetivos propostos na presente pesquisa, estará se priorizando a utilização, com as adequações necessárias, do método da geo-história, que busca a análise, interpretação e contextualização histórica e geográfica da área de estudo. Para operacionalizar este estudo propõe-se, além de uma ampla revisão bibliográfica, a consulta em documentos e registros variados, alguns ainda pouco explorados que envolvam a área e o período de estudo em questão, que possibilitaram (re) construir as dinâmicas dos processos de interações sócio espaciais temporais com o objeto de estudo, seus significados, ambiguidades implícitas, omissões e ideologias. Se priorizou a análise de diferentes funções dadas ao arroio ao longo do tempo, como das ideologias que vieram a interferir de alguma forma em seu contexto histórico. Neste sentido se buscou uma análise deste espaço em uma fase pré-colonial, caracterizando este ambiente e suas populações, como também uma caracterização do mesmo ambiente no período de dominação colonial. Como resultados e buscando a gênese da degradação do arroio Dilúvio podemos chegar a duas caracterizações importantes deste processo: a desconsideração por parte dos "civilizadores" da cultura milenar autóctone e de suas relações com o meio natural, negada pela ideologia do colonizador, carregada de estigmas e sedentas por recursos; e da função militar inicial deste nucleamento urbano, que criou os fundamentos da concentração das atividades produtivas do sistema colonial nesta área restrita, limitando o sítio urbano e colaborando com a degradação do arroio Dilúvio.

Palavras-chave: análise histórica espacial ambiental; análise histórica colonial urbana; Jacareí; Riacho; arroio da Azenha, arroio do Sabão; história ambiental colonial de Porto Alegre.

ABSTRACT

This work consists of an historical geographic environmental analysis of one of the main watercourses of the city of Porto Alegre during the colonial period, the stream Dilúvio, originally called Jacaréí. The main objective is to analyze the origins that will transform the arroyo over time. In order to achieve this objective, we seek to understand the man / nature relationship, especially with the stream, through a historical and spatial contextualization in two distinct and antagonistic moments in what concerns the conservation of natural assets. In order to achieve the objectives proposed in the present research, the use of the geo-history method, with the necessary adaptations, will be prioritized, which seeks the analysis, interpretation and historical and geographical contextualization of the study area. In order to operationalize this study, it is proposed, in addition to a wide bibliographical review, the consultation in various documents and registers, some of them still little explored that involve the area and the study period in question, which enabled (re) to construct the dynamics of the processes of spatial socio-temporal interactions with the object of study, their meanings, implicit ambiguities, omissions, and ideologies. It prioritized the analysis of different functions given to the arroyo over time, as well as of the ideologies that have come to interfere in some way in its historical context. In this sense, an analysis of this space was sought in a pre-colonial phase, characterizing this environment and its populations, as well as a characterization of the same environment in the period of colonial domination. As results and searching for the genesis of the degradation of the Dilúvio stream we can arrive at two important characterizations of this process: the disregard by the "civilizers" of the autochthonous millenarian culture and its relations with the natural environment, denied by the colonizer's ideology, loaded with stigmas and thirsty for resources; and the initial military function of this urban nucleation, which created the foundations of concentration of productive activities of the colonial system in this restricted area, limiting the urban site and collaborating with the degradation of the Stream Deluge.

Keywords: environmental spatial historical analysis; analysis historical urban colonial; Jacaréí; Stream; arroyo da Azenha, brook of soap; colonial environmental history of Porto Alegre.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa com vista parcial do curso original do Arroio Dilúvio em azul, áreas da Cidade Baixa, Areal da Baronesa, Colônia Africana e a Ilhota (circulada). Fonte: LEAL E VALEROSA, 2018.....	18
Figura 2 - Casebres às margens do arroio Dilúvio foram retirados por garis. Fonte: Ronaldo Bernardi/Agência-RBS, 2018.	22
Figura 3 - Localização da área de estudo, sub-bacia hidrográfica do arroio Dilúvio. Fonte: elaborado pelo autor	24
Figura 4 - Mapa baseado na reconstrução histórico-cartográfica, executada no Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, por João C. Campomar Junior, desenhista-cartógrafo, em julho de 1942, reeditado digitalmente por Sérgio Buratto em junho de 2002	42
Figura 5 - Mapa das Sesmarias de São José e de Santana, delimitadas pelo arroio Jacareí e o rio Gravataí. Fonte: OLIVEIRA, 1985, p. 16	51
Figura 6 - Reprodução da primeira Planta de Porto Alegre de 1772, traçada pelo por Alexandre José Montanha, em julho de 1772. Fonte: OLIVEIRA, 1985, p. 28-29	53
Figura 7 - Mapa da Sesmaria de Santana, delimitada pelo rio Jacareí e o rio Gravataí. Fonte: OLIVEIRA, 1985, p. 20	55
Figura 8 - Mapa de Porto Alegre, 1840, mostrando a linha de fortificação a esquerda e a Foz do Riacho na parte superior direita compondo a linha de fortificação	60
Figura 9 -Recanto do Riacho. Fonte: Acervo do Museu Joaquim Felizardo	62
Figura 10 - Aguadeiro, final do século XIX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim Felizardo.....	64
Figura 11 - “Aguadeiro” em Teresópolis, 1901. Fonte: Acervo do Museu Joaquim Felizardo.....	64
Figura 12 - Riachinho e rua Pantaleão Telles, atual rua Washington Luis, final do século XIX. Fonte: Família Prati, 2018	72
Figura 13 – Carreiros e carroças no Campo da Redenção, década de 1900. Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.....	76

Figura 14 - Planta da Cidade de Porto Alegre, de 1833, de autoria de Lívio Zambeccari. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul 78

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANA	Agência Nacional das Águas
ANNALES	Annales d'Histoire Économique et Sociale
DEP	Departamento de Esgotos Pluviais
IHGRS	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PMV	Prefeitura Municipal de Viamão
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RBS	Rede Brasil Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO.....	16
1.2	OBJETIVOS.....	16
1.2.1	Objetivo geral.....	16
1.2.2	Objetivos específicos.....	16
1.3	JUSTIFICATIVA.....	17
1.4	APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO.....	23
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	26
3	METODOLOGIA.....	33
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS.....	37
5	FASE PRÉ-COLONIAL.....	39
5.1	OS POVOS ORIGINÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM AS ÁGUAS.....	40
6	O PERÍODO COLONIAL.....	50
6.1	TOPONÍMIA DO ARROIO DILÚVIO.....	54
6.2	AS FUNÇÕES DO ARROIO DILÚVIO.....	57
7	AS RAÍZES DA DEGRADAÇÃO.....	67
8	O ARROIO DILÚVIO COMO UM TRANSTORNO AOS MORADORES.....	71
8.1	AS VÁRZEAS DO ARROIO DILÚVIO.....	71
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	81

1 INTRODUÇÃO

A diversidade científica e sua integração possibilitam a reformulação de valores, ideologias, saberes, conhecimentos e paradigmas científicos e são capazes de reconfigurar identidades, desconstruindo assim, as formas que levaram o mundo a uma crise ambiental. Milton Santos (1996, p. 26) acredita que o espaço deve ser “considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e de outro, a vida que os preenche e os anima”, ou seja, a sociedade em sua totalidade e movimento. Precisamos de novas possibilidades que compreendam o ambiente como um todo, um espaço que é natural e social, que representa valores culturais, e não deve ser visto como um objeto isolado ou específico de uma ciência fechada em si, que simplifica e desconsidera as complexidades que envolvem o trato do ambiente, de suas questões e transformações.

Esta pesquisa busca entender como a natureza sócio espacial do mundo vai sendo transformada no curso do processo de urbanização, investigando e resgatando as origens, a contextualização, a produção histórica social e espacial da planície do arroio Dilúvio e que se configura como uma área importante da metrópole de Porto Alegre. Busca também a análise ambiental considerando a noção de tempo nos estudos geográficos, permitindo assim elucidar formas e contextos temporais, espaciais, sociais e ambientais que forjaram suas transformações, ou seja, a universalidade espaço-temporal deste espaço.

Este recorte histórico percorrerá desde a fase pré-colonial, ao período colonial, onde o arroio Dilúvio mantinha ainda seu curso original, com sua sinuosidade característica, servindo tanto as populações originais desta terra, como posteriormente irá também contribuir na fixação das primeiras populações estrangeiras, quando da fundação de sua sede, na sesmaria de Jerônimo de Ornelas, próxima às nascentes do arroio Dilúvio, que mais tarde resultará no atual município de Porto Alegre, até aproximadamente a independência do Brasil, em 1822, e que marca o fim do período colonial.

Esta possibilidade de discutir a construção histórica e social dos rios nos processos de produção do espaço em áreas urbanas abre um caminho interessante e de possibilidades de compreensão destes processos. A sobreposição de tempo histórico resultou em uma aproximação entre espaço

ocupado e transformado, e que desaguam hoje no encontro e confronto entre os rios e as áreas urbanas. É interessante perceber que esta história se dá em partes variadas e em diferentes tempos, em um espaço que é fragmentado e apropriado diferentemente em seu transcorrer, resultado de particularidades e de relações entre o meio e as relações sociais estabelecidas.

Afinal, o processo de fundação de uma cidade se dá em função de certas características que propiciam aos seres humanos se fixarem, como a proximidade de rios, lagos, e regiões costeiras, com solos adequados à pecuária e à agricultura, ou ainda por ser uma área estratégica, seja militar ou comercial (Piterman & Greco, 2005). Entretanto, o auge e a derrocada de muitas civilizações estiveram ligados ao uso abusivo da água, pois, a mesma água que mata a sede, uma vez contaminada, ao se tornar o principal meio de escoamento de esgoto, passa a ser responsável pela veiculação de doenças e epidemias. Examinando a história da humanidade pode-se observar as inúmeras epidemias causadas pela água contaminada que dizimaram populações inteiras. Isso nos leva a uma dura realidade, as secas e inundações, em muitos casos, são consequências da excessiva pressão sobre o ambiente natural, também são fatores determinantes para o colapso de inúmeros grupos humanos (Rosen, 1994; Resende & Heller, 2002). Os rios sofrem com a poluição, o assoreamento, o desvio de seus cursos e com a destruição das matas ciliares. Além disso, a beleza da paisagem fica obstruída pelo mau cheiro, mudança de coloração e incapacidade de uso original de seus recursos, desqualificando os ambientes urbanos.

Portanto, é possível afirmar que a história de uma cidade se encontra intimamente ligada à sua história ambiental, já que sua configuração sempre dependeu dos seus arredores para usufruir os recursos naturais disponíveis e utilizá-los com a devida técnica para a sua expansão, na medida em que serviria de atrativos populacionais (Tarr, 2001).

Neste sentido, compreender o espaço geográfico é compreender a dinâmica histórica da sociedade. É compreender que o “espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço intermediados pelos objetos naturais e artificiais” (SANTOS, 1996, p. 71). É compreender a relação dialética existente entre espaço e sociedade.

Os cursos ou corpos d’água são elementos de fundamental importância no estabelecimento das cidades e de sua gênese, portanto de sua história. No

processo de construção histórica da paisagem urbana e em diferentes momentos foram sendo utilizados como aporte seguro para o estabelecimento de populações, desde grandes cursos ou corpos, como de médios e pequenos. De largada suprem as necessidades mais básicas, como no fornecimento de água e cultivo de alimentos, ou mesmo na produção e transporte de vários gêneros e acabam se constituindo em aportes fundamentais ao estabelecimento de núcleos urbanos (Piterman & Greco, 2005).

A cidade de Porto Alegre atualmente tem uma relação no mínimo de estranhamento, para não dizer ambígua com um dos seus principais cursos d'água, o arroio Dilúvio, outrora batizado pelos Guaranis de Jacareí, cruza a cidade no sentido leste oeste, de sua nascente até sua foz, desaguando no lago Guaíba, representando também o traçado de uma de suas principais avenidas em uma clara adaptação de um de seus principais cursos d'água ao traçado viário arquitetado em determinado tempo para a cidade, transformando o arroio Dilúvio em um triste e reto canal em alguns de seus trechos, que acaba servindo de escoadouro dos dejetos da grande urbe. Mesmo que algumas de suas principais nascentes ainda possuam a proximidade ou possibilidade das condições originais daquele riacho de outrora, como as que serviram as populações autóctones que aqui viviam, ou como aquelas do pequeno vilarejo que dará origem à atual Porto Alegre, a cidade continua a desconsiderá-lo como parte integrada e natural em seu contexto urbano, uma verdadeira contradição, representando o desperdício de um bem natural, uma riqueza sem tamanho se considerarmos as novas concepções acerca dos cursos d'água urbanos e de sua possível recuperação, canalizados ou não, que cruzam as grandes cidades, assim como de seu papel nas novas concepções de espaço e da paisagem urbana.

Para que tenhamos uma compreensão das modificações em determinado espaço precisamos compreendê-las na perspectiva histórica, o espaço é natural e social ou ainda sócio cultural, assim como as transformações complexas que o envolvem. Vivemos uma crise ambiental, portanto uma crise ética para com nossa relação com os ambientes sejam eles transformados ou não, nesse sentido uma retrospectiva espacial ou um resgate histórico espacial pode não só interferir em uma lógica exploratória, utilitarista e predatória do espaço, como pode apontar um novo horizonte, ou uma nova perspectiva, e por que não dizer de um novo

sentimento acerca do espaço e de suas atuais condições e sobretudo de concepções que possam intervir de forma propositiva.

Buscar a dimensão histórica de como se deu o processo de degradação ambiental necessita além de uma reflexão sobre as funções, as técnicas ou tecnologias empregadas, a percepção ou entendimento de que nem sempre foram as mais adequadas e que acabaram por atender a interesses e influências de sua época, ou seja, um espaço que sofreu uma interferência social, carregados de valores humanos e históricos característicos.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O presente trabalho busca responder a seguinte questão: em qual contextualização histórica e espacial se deram as origens da degradação do arroio Dilúvio durante o período colonial?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo principal desta pesquisa é o de analisar geo-históricamente, a partir de uma investigação aberta das interações entre sistemas sociais e sistemas naturais, as características originais e as transformações espaço-temporais do arroio Dilúvio durante o período colonial.

1.2.2 Objetivos específicos

Para tornar possível o objetivo principal será necessário desenvolver objetivos mais específicos, como:

- Analisar e caracterizar a área de estudo antes da intervenção humana europeia;
- Elaborar uma análise histórico social do processo de ocupação da área de estudo;
- Compreender como o processo colonial de urbanização de Porto Alegre modificou e interferiu na dinâmica do arroio Dilúvio.

1.3 JUSTIFICATIVA

O arroio Dilúvio é um curso d'água que cruza Porto Alegre da nascente à foz no sentido leste/oeste e está presente cotidianamente nos diversos períodos da formação histórica da cidade de Porto Alegre, o que irá selar também o destino deste arroio, sejam através da ocupação de suas várzeas, planícies de inundação, ou como mais tarde da própria retificação que deverá sofrer, e que desviará seu curso natural e irá transformá-lo em um dos principais escoadouros da grande urbe.

Em meados do século XVIII, durante o período colonial, ainda com suas características naturais originais, o arroio Dilúvio era um córrego meandrante, límpido e cristalino, que fazia parte da vida cotidiana de seus habitantes originais, os indígenas, ou mesmo ainda depois, com a chegada dos primeiros “colonizadores europeus”, onde veio a desempenhar várias funções, delimitando fronteiras, movendo moinhos, escoando e abastecendo a região com gêneros, ou mesmo vindo a fazer parte do processo de higienização do núcleo urbano inicial e principalmente de fornecer água para os afazeres domésticos ou servindo como lazer, ao modesto burgo açoriano disposto inicialmente na beira da praia, próximos a sua foz, às margens do lago Guaíba, e que no transcorrer de sua história veio a representar também, em certas áreas e momentos um empecilho aos habitantes destas áreas, mas sendo fundamental no estabelecimento da população da colônia e dos processos que dela fizeram parte (Oliveira, 1993).

Em seu baixo curso, onde se encontravam, além do Areal da Baronesa do Gravataí, a “ilhota”, junto a região onde hoje se encontra a cidade baixa, área desvalorizada da Porto Alegre dos séculos XVIII e XIX (Figura 1), onde iria se formar um núcleo de miséria e de excluídos da época, justamente por se encontrar próximo aos meandros do curso inferior do arroio Dilúvio e sujeitos a alagamentos, que praticamente configurava-se em uma ilha, o que iria se confirmar em 1905, quando o intendente municipal mandou ligar os dois braços do riacho por um canal, onde desde sempre concentravam-se as populações de excluídos da época, de terras baixas e alagadiças, sujeitas a frequentes alagamentos, fazendo jus ao nome que iria receber de seus habitantes, Dilúvio,

formando um cinturão negro e pobre ao lado sul da cidade, a famosa e famigerada “ilhota” (PESAVENTO, 1996).

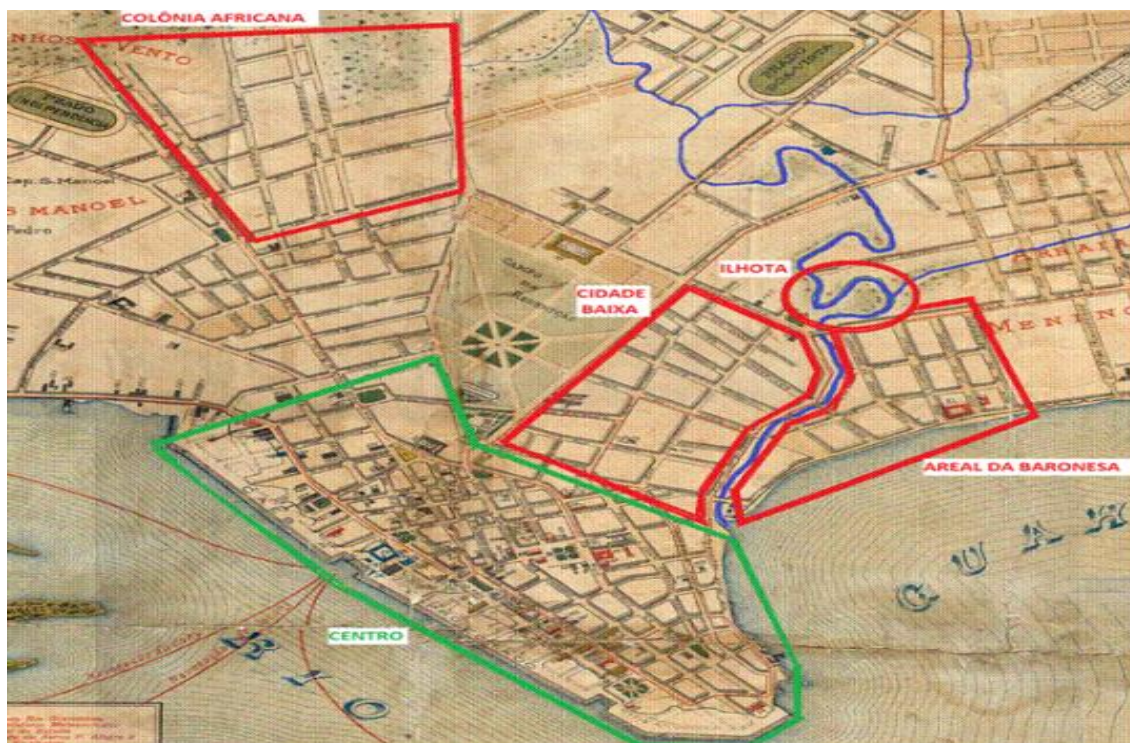


Figura 1 - Mapa com vista parcial do curso original do Arroio Dilúvio em azul, áreas da Cidade Baixa, Areal da Baronesa, Colônia Africana e a Ilhota (circulada). Fonte: LEAL E VALEROSA, 2018.

Em outro momento vai passar a ser um eixo estruturador do traçado urbano, na primeira metade do século XX, para se tornar um “problema” ambiental e urbano, quando a cidade avançou sobre suas margens, provocando o alagamento dessas áreas de planícies, até ser retificado e canalizado, alterando em muito sua dinâmica e seu curso natural. É justamente neste período que teve início o primeiro mandato de Loureiro da Silva, que coincide, não por acaso, com o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas. Loureiro da Silva foi nomeado prefeito pelo próprio Getúlio Vargas e acaba governando com a Câmara Municipal fechada, tem também grande influência junto ao governo federal, sugerindo a Getúlio a Lei das Desapropriações, que favorecia a remoção da população para a construção de obras viárias nas cidades brasileiras, entre as suas grandes realizações urbanísticas deste primeiro mandato, já que seria eleito mais tarde como prefeito de Porto Alegre pela grande maioria da população porto-alegrense, realizou seis grandes obras, como a construção da Avenida Farrapos, Salgado

Filho, André da Rocha, o prolongamento das Avenidas Borges de Medeiros e João Pessoa, além da retificação do arroio Dilúvio (DE GRANDI, 2002).

Hoje o arroio Dilúvio se encontra quase inteiramente degradado. Porém, há movimentos crescentes de ações sociais e pesquisas visando a sua inserção e recuperação no atual contexto urbano ambiental. Por esta razão, a análise espacial/temporal deste curso d'água urbano se torna fundamental e de grande relevância para qualquer projeto que vise sua recuperação e reintegração positiva na paisagem urbana de Porto Alegre, como é o caso do programa conjunto criado pela UFRGS, PUCRS, Prefeituras municipais de Porto Alegre e Viamão¹, assinando protocolo em 2011, buscando envolver a sociedade em torno do tema.

Neste sentido, construir uma reflexão acerca dos processos de destruição e reconstrução deste espaço da cidade, que foi pautado, em uma visão geral, pelo mito do progresso, em um espaço em permanente modificação, mudanças tecnológicas, crescimento populacional, novas demandas de saneamento e

¹ Na medida em que é importante haver amplo envolvimento da comunidade durante o processo de elaboração do programa e da sua execução, a visão deve representar o imaginário da população e o que ela deseja ver executado no âmbito da bacia que possa ser traduzido em qualidade de vida a todos. A canalização e a retificação do arroio Dilúvio proporcionou que Porto Alegre se expandisse em direção à zona sul, permitindo que a população se instalasse ao longo do arroio e nas encostas da sua bacia, estabelecendo moradias e negócios, pois além de drenar os baixios, permitiu reduzir drasticamente as constantes enchentes que ocorriam antes desta intervenção. Muitas grandes cidades são consideradas lugares atrativos para viver porque oferecem condições favoráveis para o estabelecimento de negócios, cultura e lazer. Uma grande cidade também deve ser um lugar sem vulnerabilidades ambientais e que possa oferecer um estilo de vida saudável. Neste contexto, cabe ao poder público prover infraestruturas que deem conta dos aspectos sanitários, mas também é necessário viabilizar espaços lúdicos como parques, praças, espaços verdes, públicos urbanizados e de recreação. Agora, seis décadas após a ocupação, estabelece-se a oportunidade para a comunidade que ali se instalou trabalhar em prol do resgate da Bacia para si e para as gerações futuras. Este programa, com a amplitude transformadora que almeja, deve estar incorporado na mente das pessoas daqui em diante, pois sua implantação e o seu legado irão requerer dedicação constante. Este programa deverá incluir visões audaciosas e de longo termo, incluindo também uma série de etapas de execução de curto prazo, e que deverá fazer com que a bacia e o entorno do arroio Dilúvio se tornem lugares melhores para se viver. (PUCRS, UFRGS. **Revitalização do Arroio Dilúvio: Um Futuro possível**. 2011, p.17. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/arroidiluvio>. Acesso em: janeiro de 2018.)

higiene pública, entre outras, que irão influenciar as formas de ocupação dos espaços urbanos.

Levar em conta os movimentos históricos e ideológicos responsáveis pela construção e transformação do espaço urbano e suas relações de poder com o cotidiano social vivido é primordial para o entendimento de uma realidade posta. Investigar a construção e aspectos responsáveis pela produção do espaço e as necessidades por ele criadas podem evidenciar os interesses e agentes causadores da situação atual do arroio Dilúvio, na medida em que possibilitam a reconstituição histórica e social que envolveu este curso d'água e suas transformações. Com apoio na ideologia do crescimento, criam-se, nas cidades equipamentos e normas para articulação de grandes firmas, em detrimento das empresas menores e da população como um todo. Em consequência, tem-se, de um lado, uma geração de riqueza de forma concentrada e de outro, uma enorme produção de pobreza, enquanto surgem novas classes médias (SANTOS, 1993).

Em um estudo envolvendo a qualidade ambiental urbana é preciso uma compreensão de seus diversos componentes de forma integrada, em uma perspectiva espacial e temporal, que possibilite o entendimento da organização do espaço geográfico. “As relações entre a natureza e sociedade devem ser encaradas como elementos integrantes de um conjunto – de uma paisagem” (FUJIMOTO, 2001).

Na atualidade existe uma relação de confronto entre o arroio e a cidade, isso nem sempre foi assim, quanto mais retornamos no tempo, mais pacificada é a relação entre os rios e a sociedades que aí se estabelecem. No atual contexto percebe-se que esta relação entre o arroio Dilúvio e a cidade foram moldadas por interesses que cobram cada vez mais a transformação do espaço natural em infraestrutura a favor da circulação de capital. Torna se evidente que esta relação ligada ao processo ou modo de produção não é a única possível no caso dos cursos de água urbanos, mas vão sendo apropriados e fragmentados conforme o contexto histórico estabelecido.

Pode se dizer, por exemplo, que a vida dos rios urbanos sofreram impactos fortes no cotidiano no processo de urbanização, criado principalmente pela produção, consumo e massificação dos automóveis, que determinam a infraestrutura dos espaços urbanos, o que vai afetar diretamente as relações cotidianas entre os moradores das metrópoles com os cursos d'água, com

abertura de áreas para que o fluxo de veículos automotores possam trafegar, tirando dos cursos d'água suas características naturais e as condições necessárias para que possam sobreviver, o que faz parte da história da apropriação e transformação do arroio Dilúvio.

Além disso, em alguns casos os rios acabaram por facilitar também o fornecimento de energia elétrica, seja por construção de barragens ou linhas de transmissão acompanhando o traçado viário de suas margens, assim como a apropriação privada de terrenos de várzeas, além é claro, de servir como escoadouro de “dejetos”. Na verdade, o que ocorre são discursos engendrados que vão orientar a produção e percepção do espaço, levando a crença de que estes espaços não teriam alternativas de construção, senão aquelas que já se mostram como “certas” no caso dos rios, como a canalização e retificação, dando assim aos automóveis os espaços de margens e várzeas pertencentes à natureza dos rios. São processos de cunho ideológico que vão aos poucos se legitimando, e que vão muito além dos interesses da indústria automobilística, a ponto de as populações ribeirinhas defenderem a canalização das águas para se livrarem da poluição, de doenças e eventuais enchentes (SEABRA, 1987).

Devemos entender os momentos históricos, como processos complexos, cada um a seu tempo, em relações sociais desiguais, que podem indicar falhas, muitas vezes graves (Figura 2), entender estes erros é abrir os olhos ao “novo tempo”. Vivenciamos na atualidade uma mudança de conceitos acerca da questão urbana, principalmente no que se refere à paisagem urbana, antes ligada ao modelo onde era realizado prioritariamente para apoiar a produção e agora devendo servir para apoiar a vida, principalmente no que se refere aos cursos d'água.



Figura 2 - Casebres às margens do arroio Dilúvio foram retirados por garis. Fonte: Ronaldo Bernardi/Agência-RBS, 2018.

O ambiente urbano, sua construção e (re)construção possuem raízes tão profundas no tempo que devem ser consideradas tanto para compreender sua gênese como as suas resultantes atuais. A urbe não é somente um traçado de ruas e avenidas, um plano arquitetônico, ou aglomerado de estruturas para concentração populacional, vai muito além, é um espaço de vivências e pressupõem relações. A perspectiva de uma nova relação da cidade e de seus recursos naturais, mesmo transformados, com seus habitantes pode ser baseada no resgate e na valorização de seu passado, como também de suas originalidades e das transformações em seus diferentes tempos, dando entendimento ao seu presente e possibilitando um futuro. É preciso que a população passe a ver o arroio Dilúvio como um bem natural em seu tempo, talvez parte da sua história possa colaborar de alguma forma a constituir ou reconstruir este sentimento necessário a um bem tão precioso seja no passado, no agora, como no amanhã.

1.4 APRESENTAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

A sub-bacia do arroio Dilúvio (Figura 3), possui uma área total de 83,74 km², sendo 83% se encontram junto a área do município de Porto Alegre e 17% estão localizados junto a área do município de Viamão, o arroio Dilúvio tem sua nascente nos limites entre o municípios de Porto Alegre e Viamão, e percorre uma extensão de 17,6 km até a foz, escoando suas águas no sentido leste-oeste. Em torno das cabeceiras se juntam aos arroios Vitorino, Taquara, Pequeno Casa Velha e Sem Nome para formar a Represa Lomba do Sabão. Seguindo seu curso, recebe importantes contribuintes, pela margem direita, são seus afluentes principais os arroios dos Marianos, Beco do Salso e São Vicente e pela margem esquerda, os arroios Mato Grosso, Moinho, Cascata e Águas Mortas (MENEGAT, 1998). No final de seu curso lança-se ao lago Guaíba, entre os Parques Maurício Sirotsky Sobrinho (Harmonia) e Marinha do Brasil.

A extensão da canalização do arroio Dilúvio é de aproximadamente 12 Km e existem atualmente 17 pontes e cinco travessias para pedestres. A partir da altura da avenida Vicente da Fontoura, devido à declividade acentuada do riacho, existe uma série de degraus com altura média de um metro e em conjunto de três a cada 200 metros (PMPA, DEP, 2018).

A reconstrução da morfologia natural da sub-bacia, feita através de cartas topográficas do final do século XIX e início do século XX, mostra o canal meandrante do arroio Dilúvio drenando um vale de fundo chato que se abria entre a Crista de Porto Alegre e a Crista da Matriz em direção ao lago Guaíba. O relevo da sub-bacia do arroio Dilúvio é bem diferenciado. Os divisores ao sul são demarcados pelos terrenos íngremes dos morros Santana (311 m) e da Polícia (290 m), cobertos por campos com matações e matas. À jusante da sub-bacia estão localizadas as terras baixas, formadas pelos terraços e planície fluviais do arroio Dilúvio, com altitudes que variam entre 4 m e 10 m. Os divisores da sub-bacia ao norte são demarcados pelo topo dos morros da Crista e da Matriz. O arroio Dilúvio possui três estados morfológicos desde a região de nascentes, nas colinas no limite com o município de Viamão, até desembocar no lago (MENEGAT, 1998).

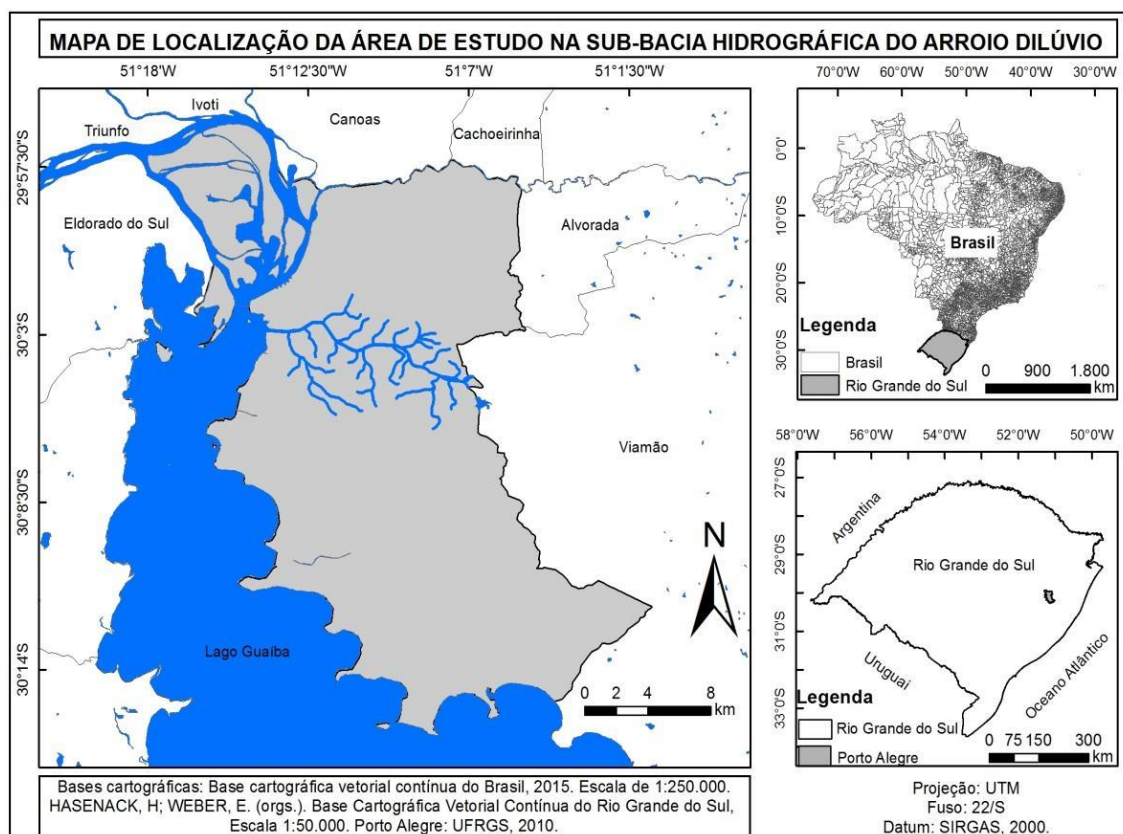


Figura 3 - Localização da área de estudo, sub-bacia hidrográfica do arroio Dilúvio. Fonte: elaborado pelo autor

No segmento das cabeceiras e nas vertentes que delimitam a sub-bacia, os afluentes ainda possuem canais pouco sinuosos, leitos pedregosos e algumas quedas d'água que ajudam a erodir os terrenos altos. O trecho intermediário, situado no vale principal, inicia-se no bairro Agronomia, onde a estreita planície fluvial, com cerca de 500m de largura, estende-se até o Morro Santo Antônio. Nesse intervalo, são drenadas as águas da maior parte dos afluentes do arroio Dilúvio. No segmento final, o curso apresentava-se, antes da retificação, sob forma meandrante em uma planície fluvial com 2,5 km de largura, entre as encostas da Crista de Porto Alegre e da Crista da Matriz (MENEGAT, 1998).

Esta planície fluvial era constantemente inundada na época das cheias, quando o volume de água ultrapassava a capacidade de transporte do canal. Por essa razão, originalmente, a planície fluvial do arroio Dilúvio era formada por banhados e várzeas que se estendiam desde a área ocupada hoje pelos bairros Menino Deus, Cidade Baixa, Santana, até o Parque Farroupilha. A foz do arroio na enseada da Praia de Belas era marcada por bancos de areia que se formavam paralelos à margem. Esses bancos eram constantemente retrabalhados pelo fluxo

do canal ou pela subida do nível do lago ocasionada pelo vento ou por inundações periódicas (MENEGAT, 1998).

Ao longo da história da ocupação urbana, a sub-bacia do arroio Dilúvio foi intensamente modificada. O arroio foi canalizado e teve seu curso natural retificado. Alguns afluentes desapareceram sob a cidade e seus canais passaram a integrar o sistema de esgotamento pluvial. A drenagem pluvial de todos os bairros integrantes da bacia do arroio Dilúvio depende diretamente do desempenho hidráulico do canal do arroio Dilúvio.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Parte dos problemas ambientais que atualmente assolam o mundo, não se configuram como consequências de ações humanas em curto prazo, mas, como frutos de um longo processo histórico de intervenções e técnicas, quando, em dado período, ou não havia consciência das consequências futuras ou simplesmente não se dava importância às mesmas.

A pesquisa histórica é um dos esforços empreendidos pelas sociedades para se auto observarem em todas as dimensões que lhes pareçam relevantes, assim como foram as de gênero e classe em décadas passadas. De acordo com os desafios ecológicos que nós enfrentamos nos dias de hoje, o meio ambiente tornou-se uma dimensão relevante para o pensamento histórico.

O estudo da paisagem sempre esteve presente como objeto da Geografia, o ambiente ou o ambientalismo fazem parte das análises geográficas e correspondem a uma consciência dos fenômenos de degradação, que interferem na vida das coletividades. Através do conhecimento geográfico é possível entender o significado social e histórico dos componentes naturais e sociais do espaço transformado pela construção da consciência social e coletiva.

A discussão do tema ambiental na ótica espacial e temporal, na busca da síntese tão preconizada pela ciência geográfica e histórica, é perfeitamente válida uma vez que contribui, para a adoção de uma prática social transformadora da sociedade, buscando maior justiça e bem-estar social e desta forma, contribuindo para preservação, conservação e respeito, ao meio ambiente.

A interpretação do enfoque original elaborada por Worster (1991) para História Ambiental acarretou, no que se refere à cidade, na seguinte proposição: “O estudo do papel e do lugar da natureza na história da vida urbana” (ROSEN, TARR, 1994, p. 301). Três razões podem ser apontadas, por Tarr, como justificativas para um viés de interpretação histórica pela questão ambiental urbana: a) trata-se de um campo acadêmico fértil, que propicia novos-insights-sobre a cidade e a sua relação com a natureza; b) configura-se como um domínio interdisciplinar, veículo de convergência entre diversas áreas do conhecimento: pela própria História Ambiental, acrescida da História Urbana e da História da Tecnologia, que possuem questões e objetos de estudos coincidentes; e c) a sua relevância contemporânea a partir das reflexões sobre o uso atual do solo, o

reuso de áreas industriais desocupadas ou abandonadas, a preservação de bacias e lençóis aquíferos, entre outros (TARR, 2001).

A mudança de conduta em relação ao ambiente, somente se efetivará através de um processo educativo, baseado não somente no desenvolvimento das habilidades intelectuais, mas também em experiências que operem transformações em sentimentos, valores, emoções, vontade e atitudes que concorram para a concretização do conhecimento no cotidiano, bem como a compreensão da totalidade do ambiente, que não é somente a totalidade da natureza, pois além dos aspectos naturais ela envolve os aspectos sociais (econômico, político, técnico, moral, estético e histórico-cultural). Sua análise deve ser multidisciplinar, uma vez que é complexa e pode ser abordada por todos os ângulos, interdisciplinar, pois, deve permear um todo e transdisciplinar, uma vez que deve atingir todas as áreas do conhecimento, para que se atinja uma perspectiva global equilibrada. Esta totalidade é evidenciada por Santos (2002):

Todos os aspectos da vida social são importantes, nenhum deles, em si mesmo, tendo primazia sobre os outros. Isso é uma garantia contra uma epistemologia dogmática e imóvel, que não tome em consideração a totalidade de seus movimentos. Isso também nos proíbe de considerar cada elemento da 'sociedade total' como se ele guardasse a mesma significação no correr do tempo. Devemos considerá-los como o que são, isto é, variáveis, cujo valor, a cada momento, é dado pela nova totalidade criada pelo movimento da totalidade social preexistente e sua transformação; a noção de tempo empírico, isto é, o tempo da história real de seres concretos: homens, coisas, ações. (p. 237)

A degradação ambiental é um fato concreto a nível mundial. Ela é resultado de um conjunto de fatores e especialmente de modelos de desenvolvimento adotados pelos diferentes países, a degradação ambiental é, portanto, uma consequência das estruturas sociais e econômicas que tem reflexo direto nas condições da qualidade de vida da população. O espaço, como objeto de estudo da Geografia, deve na perspectiva ambiental ser temporalizando e humanizado, oportunizando uma análise crítica da degradação ambiental, oportunizando a reflexão e ações dos sujeitos nesta temática. Para Sodré (1976) a análise das paisagens deve considerar sua constante mudança:

As paisagens naturais são resultados da convergência de uma multidão de processos e fenômenos, que reagem dialeticamente uns sobre os outros. Desconhecer a dialética inerente a tais processos e fenômenos importa, pois, em desconhecer os próprios fenômenos, limitando a informação sobre eles a nível empírico. O praticismo empresarial pode oferecer resultados parciais apreciáveis, mas oculta a essência dos

fenômenos e processos, além de importar, quase sempre, na exploração predatória dos recursos naturais, muitas vezes irrecuperáveis. (p. 9)

Uma nova análise espacial envolve uma busca incessante da compreensão de fenômenos relacionados a um espaço em constante transformação, e, sobretudo a “totalidade” a ele inerente em seus diferentes níveis. A geografia moderna nasce como uma resposta totalizadora, unindo o natural ao social, uma preocupação tanto da natureza como da sociedade, sem subordinar um elemento ao outro. Conforme Sauer (1998), existem conexões entre os fenômenos:

Os fenômenos que compõem uma área não estão simplesmente reunidos, mas estão associados ou interdependentes. Descobrir esta conexão e ordem dos fenômenos em área é uma tarefa científica e de acordo com a nossa posição a única à qual a geografia deveria dedicar suas energias. (p. 17)

A ação antropogênica sobre o ambiente natural rapidamente promoveu inúmeras alterações, negligenciando-se a dinâmica ambiental como um dos fatores reguladores dos complexos processos responsáveis pelo equilíbrio dos sistemas físicos.

O que caracteriza a discussão ambiental na cultura contemporânea não é a forte atenção para o tema da natureza. Ela sempre foi uma categoria central do pensamento humano, ao menos na cultura ocidental, desde a Antiguidade. De maneira geral, na medida em que as sociedades humanas se territorializaram - construindo seus ambientes a partir de interações com espaços concretos de um planeta que possui grande diversidade de formas geológicas e biológicas -, emergiram incontáveis exemplos de práticas materiais e percepções culturais referidas ao mundo natural. A produção de um entendimento sobre esse mundo tornou-se um componente básico da própria existência social.

A Geografia possui entre os seus objetos de estudo, diversos encontros de temas acerca das questões socioambientais, principalmente a partir do surgimento da Geografia Cultural², na primeira metade do século passado. Dessa forma, aponta-se um caráter interdisciplinar existente na Geografia que, tal qual a

² O conhecimento do acervo cultural relacionado com a água servirá entre outras coisas de base para o entendimento das questões por ela afetadas, o que inclui a forte influência de determinadas ideologias sobre o imaginário popular e sobre a possível utilização que foi feita deste mecanismo como instrumento de controle social. Possibilita também avaliar a evolução da paisagem urbana e da disponibilidade e estado dos recursos em diversos momentos ou períodos. Constitui-se, ainda, em material de extrema importância no sentido de ilustrar e de inspirar os trabalhos de comunicação social a serem desenvolvidos, o que passa, por exemplo, pela reflexão acerca de hábitos e costumes (FRANCA, D. T. (Coord.). **A história do uso da água no Brasil: do descobrimento ao século XX**. Brasília: ANA, 2007.P41).

História, permite uma convergência entre as ciências humanas e as naturais. Sauer (1998) retrata bem este aspecto da geografia cultural:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. É nesse sentido uma apreciação verdadeira de valores históricos que fez com que os geomorfólogos ligassem a paisagem física atual ao passado nas suas origens geológicas e a partir daí chegassem a conclusões passo a passo. No sentido corológico, entretanto a modificação da área pelo homem e a sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior à introdução de atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. Podemos chamar as primeiras, com referência ao homem, de paisagem natural, original. No seu todo, ela não mais existe em muitas partes do mundo, mas sua reconstrução e compreensão são a primeira parte da morfologia formal. (p. 42-43)

Essa transformação se processou historicamente, unindo neste processo o espaço terrestre, o ser humano, a sua história e a sua cultura e que pode ser apropriado à História Ambiental. Ambas atribuem ao homem o papel de agente transformador do seu espaço físico, mas que, no entanto, se submete às limitações impostas pelo meio físico (FREITAS, 2006).

Na medida em que o Iluminismo trouxe para o centro do mundo o homem e não Deus, o indivíduo deixou de se identificar junto à natureza como seu meio original, passando a transformá-la, utilizando-a para fins lucrativos. O grande desafio teórico, no contexto da contemporaneidade, é pensar o ser humano na totalidade tensa e complexa de suas dimensões biológica e sociocultural. A interdisciplinaridade e transdisciplinaridade das ciências trazem o entendimento teórico de como tratar os temas relacionados ao meio ambiente.

Essa ação, contudo, não se limita simplesmente à apropriação do espaço físico. Outras atividades determinam a marca do homem na natureza, como a canalização de rios, a construção de barragens, pontes e outras vias de circulação, como a destinação do lixo e de outros dejetos produzidos pelas cidades. O resultado dessa interferência é a degeneração ambiental, mais proeminente perto dos aglomerados urbanos. Portanto, o crescimento das cidades sobre áreas naturais, nas palavras de Martinez torna-se um tema recorrente para o historiador ambiental urbano, já que “o exame de distintos impactos dos processos econômicos e sociais no mundo natural também possibilita a realização de novas pesquisas (...), tanto sobre a degradação quanto sobre a regeneração ambiental” (MARTINEZ, 2007, p.23).

A forma de ação humana sobre o meio ambiente só é possível, no entanto, graças à adoção de uma determinada técnica capaz de sobrepor os obstáculos naturais. Por definição, técnica seria, segundo Dominichi Miranda Sá, “mais do que uma aplicação prática das teorias científicas, (...) era a própria ‘ciência’, congregando forças e agindo sobre as matérias-primas da natureza de modo a contentar as necessidades e desejos do homem” (SÁ, 2006, p. 94).

Importante salientar que a “razão” criticada por Adorno e Horkheimer (ADORNO, HORKHEIMER, 1974, p. 16) é a chamada Razão Instrumental, também chamada de técnica, que decorre da racionalidade do “esclarecimento”. Pois alegam que a lógica proposta pela razão técnica é fria e quantificadora, tendo sido hipertrofiada pelo desenvolvimento do industrialismo e do homem capitalista, se disseminando por todas as esferas da modernidade. O efeito desse fenômeno é o fim do pensamento, a desvalorização da filosofia, e o desenvolvimento da lógica utilitarista e imediatista. Assim, a razão técnica utiliza o número como arma, que mantém o pensamento preso à mera imediatidade, tal como se faziam nas guerras da época e no nazi-fascismo. Por isso os autores ressaltam que o “esclarecimento” torna-se totalitário, por estabelecer o processo das relações sociais de antemão e de forma burocratizada. O homem do “esclarecimento”, segundo Adorno e Horkheimer, é um homem que equivocadamente se considera livre, pois toda e qualquer forma de animismo, de particularismo ou dogma sucumbe diante do diagnóstico racional e da mentalidade insistente em busca de verdades. Daí que o desencantamento do mundo é meta da razão instrumental, e com esse desencantamento esvaem todos os costumes e tradições, fé e religiosidades, vivências e experiências de vida que não são adequados aos moldes racionais de observação e classificação (ADORNO, HORKHEIMER, 1974, p. 17).

Na visão crítica de Adorno e Horkheimer, ao aspirar à integração vertical de seus consumidores, a indústria cultural não apenas adapta seus produtos ao consumo das massas, mas também determina o seu próprio consumo. Com isso, a indústria cultural, que traz em seu bojo todos os elementos característicos do mundo industrial moderno, reduz a humanidade em indivíduos que podem satisfazer aos interesses da liderança desse processo.

A cena política, porém, não é suficiente para explicar a emergência de um enfoque ambiental na pesquisa histórica. Os historiadores ambientais foram

também desafiados por movimentos internos ao mundo do conhecimento, especialmente por importantes mudanças epistemológicas consolidadas no século XX, mas que já estavam em gestação nos séculos anteriores, em relação ao entendimento do mundo natural e de seu lugar na vida humana. Três mudanças merecem particular atenção: 1) a ideia de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive ao ponto de provocar sua degradação; 2) a revolução nos marcos cronológicos de compreensão do mundo; e 3) a visão de natureza como uma história, como um processo de construção e reconstrução ao longo do tempo.

Pesavento (1990) retrata estes tipos de mudanças nas relações de entendimento do mundo natural e suas consequências ideológicas impostas pela sistemática urbana:

O “viver em cidades” introduz uma nova concepção de tempo, não mais marcada pelas estações, pelas variações climáticas. Inaugura-se uma nova concepção de “tempo útil”, marcada pelo relógio, típica do capitalismo e estranha a sociedade agrária. Esta noção uma vez introjetada no habitante da urbe, estabelece um “relógio moral” no interior de cada indivíduo, compelindo-o ao trabalho e à necessidade de utilizar racionalmente o tempo para produzir, promover o seu sustento e de sua família e fazer face às novas necessidades trazidas pela vida urbana. Tais transformações alteram significativamente os padrões de conduta. A indústria e a urbanização, embora estabeleçam um processo cumulativo contínuo de transformações sociais e de concentração de recursos, acabam também por destruir também progressivamente a natureza, impondo a necessidade de repor os elementos ameaçados. (p. 33)

Nesse sentido, é fundamental analisar as concepções não só no plano físico, mas também no plano das ideias e que irão forjar novas concepções de mundo, o historiador deveria sentir-se portador de uma missão ética: a de conectar o homem e sua cultura ao passado. Não para fazer da História a norma e a verdade última da vida espiritual, mas, ao contrário, para curar do egocentrismo, dá exagerada importância dada ao presente, para evitar que certas inverdades fossem alçadas ao valor de verdades históricas. E era quando tal compromisso entre o historiador e sua cultura se fundava que a sabedoria estética e que a História podia oferecer ao homem convertia-se em sabedoria ética de uma vida superior (HUIZINGA, 1934, p. 78).

Atualmente são inúmeros os trabalhos científicos que se utilizam da teoria metodológica da geo-história, inserindo a categoria tempo nos objetos de estudo, elucidando ou mesmo praticando (re) leituras acerca do espaço social, das

paisagens, de suas territorialidades, e dos impactos históricos da ação humana sobre estas paisagens, mesmo que durante algum tempo, este método tenha sido deixado de lado pela geografia brasileira, sendo resgatado aos poucos, desde então, principalmente devido a sua categoria de análise, como por exemplo, através de obras de Abreu (1988,1998) e Vasconcelos (1999), ou mesmo o trabalho de Seabra (1987) que atua com a ideia da produção social do espaço, e que serviram, entre outras de referência para nosso estudo.

Neste sentido, através da inserção da categoria tempo em nosso espaço, no caso de nosso objeto de estudo, é preciso elucidar o passado deste espaço natural de outrora, reviver suas condições naturais, as formas de como se relacionava com as diferentes sociedades e que levariam as suas transformações. Trazer a baila à história de um espaço de tamanha significância pode representar uma nova abordagem sobre este espaço na atualidade, e sobretudo o de visualizar os caminhos sinuosos de sua expropriação, considerando-o como um bem natural da cidade, ressignificando-o ao buscar sua trajetória, tal como os cenários e interesses históricos sócios espaciais engendrados, entendendo o transcorrer das transformações temporais que o levariam aos poucos a sua degradação, hoje considerada por muitos como irreversível.

3 METODOLOGIA

Falar do método, segundo Milton Santos, é ter que recorrer à filosofia. Aliás, a contribuição do seu pensamento está além da própria Geografia. Sendo assim, no contexto filosófico e epistemológico da geografia a questão temporal cria corpo no estudo espacial e humano, nas palavras de Sauer (1998) em sua morfologia da paisagem:

O elemento do tempo está admitidamente presente na associação dos fatos geográficos, que são por consequência em grande parte não recorrentes. Esta qualidade temporal, entretanto, os coloca além do alcance da pesquisa científica somente num sentido muito estrito, porque o tempo como fator tem um lugar bem reconhecido em muitos campos científicos, nos quais o tempo não é simplesmente um termo para alguma relação causal identificável. (p. 17-18)

Para consecução dos objetivos propostos na presente pesquisa, estará se priorizando a utilização, com as adequações necessárias, do método da geo-história, que busca a análise, interpretação e contextualização histórica e geográfica da área de estudo.

O método da geo-história foi introduzido pela escola francesa dos “Annales”, composta pelos eminentes historiadores como Henri Berr, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel, concepção onde o desafio analítico foi o de superar as divisões rígidas e dualistas entre natureza e sociedade, buscando uma nova leitura das dinâmicas socioespaciais, que além de ser uma perspectiva interdisciplinar combina métodos e metodologias das duas disciplinas, história e geografia. Esta concepção de marco espacial temporal criou um grande impacto entre as ciências naturais, principalmente na sua concepção epistemológica, na medida em que possibilita a investigação temporal das relações sociais com maior amplitude, ou seja, levando em conta a totalidade temporal destas relações humanas no espaço, permitindo ao mesmo tempo uma análise histórica de curta duração, como de longa duração na análise dos fenômenos. Esta ideia da concepção de Braudel, das escalas de temporalidades, curta, média e longa duração, onde o processo histórico é dinâmico e complexo, deixa de lado a visão de uma história linear e fragmentada. Em sua “dialética das durações” Braudel compreende a história como uma totalidade, de múltiplas temporalidades (BRAUDEL, 2009, p. 72).

Esta “história total”, ou teoria da longa duração de Braudel, também é preconizada por Milton Santos, que em sua concepção temporal escreve sobre “tempos rápidos e tempos curtos”, para ele a diferença entre o tempo longo e curto, é que o longo seria responsável pelas estruturas, os movimentos mais profundos, enquanto o tempo curto seria responsável por situações conjunturais e incipientes, esta compreensão da coexistência de tempos históricos influenciou as ciências em geral e principalmente a geografia (SANTOS, 1996, p. 212).

Pode-se dizer, então, que a Geografia Histórica estuda os processos territoriais gestados a partir de uma perspectiva histórica, buscando uma reconstrução da organização de um dado espaço em território, incorporando, assim, conceitos da História e da Geografia. Nessa reconstituição, a intervenção humana se desenvolve sob determinadas condições históricas na qual essas alterações provocariam diversas dinâmicas entre o meio natural e o homem. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa permite o estudo de paisagens construídas em um dado momento. Novamente podemos nos referir a Sauer (1998) para reforçar esta ideia:

Para a primeira metade do conteúdo da paisagem podemos usar a designação de "sítio" que se tornou bem estabelecida na ecologia vegetal. Um sítio de floresta não é simplesmente o lugar onde uma floresta está; no seu sentido completo, o nome é uma expressão qualitativa de lugar em termos de crescimento florestal, geralmente para a associação florestal específica que está ocupando o sítio. Neste sentido a área física é o somatório de todos os recursos naturais que o homem tem a sua disposição na área. Está além da sua capacidade acrescentar qualquer coisa a esses recursos; ele pode "desenvolvê-los", ignorá-los em parte ou explorá-los. A segunda metade da paisagem, vista como uma unidade bilateral, é a sua expressão cultural. Há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área. Podemos pensar nas pessoas como associadas dentro e com uma área, como podemos pensar nelas como grupos associados por descendência ou tradição. No primeiro caso, estamos pensando em cultura como uma expressão geográfica, composta de formas que são uma parte da fenomenologia geográfica. Sob esse aspecto, não existe lugar para um dualismo de paisagem. (p. 30)

Em sua obra *Trajetórias da Geografia Histórica*, Silva (2007) retrata a importância desta vertente epistemológica:

A Geografia Histórica oferece subsídios técnicos e conceituais relativos à: pesquisa de documentos históricos, nomeadamente arquivos e mapas; registros territoriais; nomes de lugares; dados estatísticos; fontes literárias e outros, além dos instrumentos para a análise crítica das informações. (p. 77)

Para Drummond (1991) a metodologia e a análise da pesquisa histórica e ambiental pode ser caracterizada por vários pontos: primeiramente as análises focalizam uma região com algum grau de homogeneidade ou identidade natural. Conclui-se ainda que, dando ênfase em áreas específicas, a historiografia ambiental se identificaria também com a história regional.

A segunda característica diz respeito a uma interdisciplinaridade³, aqui “a história ambiental traz uma série de novos personagens ao palco da história”: um diálogo sistemático com quase todas as ciências naturais sendo aplicáveis nos quadros físicos e ecológicos das regiões estudadas.

Uma terceira característica seria a exploração das interações entre o quadro de recursos naturais utilizáveis e não utilizáveis e, os diferentes estilos civilizatórios das sociedades humanas.

Por último existe a necessidade de que os historiadores ambientais tenham contato direto com os locais a serem estudados. A paisagem em si, com todas as suas singularidades e formas, se transforma em um documento que precisa ser lido adequadamente. Trata-se de uma leitura de uma história das paisagens (DRUMMOND, 1991, p. 181-184).

Seja como for, a importância de se destacar o processo entre o meio físico e a civilização humana se constituem na base da História Ambiental Urbana, disciplina que auxiliará de sobremaneira no entendimento e na compreensão do processo histórico das ações antropizantes dentro da cidade, dos obstáculos ou das limitações impostas pelo meio natural e das formas de superação destas com o emprego de novas técnicas e de tecnologias.

³ Drummond, destaca o papel interdisciplinar em seu artigo sobre temas, fontes e linhas de pesquisa da história Ambiental e cita o trabalho de Cronon: “William Cronon (Yale University) escreveu outro livro altamente influente no campo da história ambiental, intitulado *Changes in the land - indians, colonists and the ecology of New England* (HILL, WANG, 1983). É talvez o melhor livro para travar contato com os bons frutos do encontro entre a história e o meio ambiente. Cronon faz a interdisciplinaridade parecer fácil e sintetiza história, antropologia, sociologia, economia, geografia, ecologia, botânica e zoologia com perspicácia, economia de palavras e alta legibilidade. Ele cumpre a promessa do título: analisa os diferentes usos que indígenas e europeus deram à mesma terra (do atual Noroeste dos EUA) e as marcas que esses usos deixaram, tanto na terra quanto nas sociedades. Usando criativamente as crônicas coloniais e as etnografias dos povos indígenas da região, Cronon revela com clareza a faceta propriamente ambiental da interação entre europeus e nativos num particular recanto do Novo Mundo. É um estudo modelar.”(DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 188).

A realidade social é tomada como texto a ser analisado e interpretado a partir do contexto histórico. Esta realidade histórica, segundo Certeau (1982), é delineada pelo lugar que acaba por determinar também o contexto metodológico:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam. (p. 66)

Ainda tomando a história como o espaço da ação do indivíduo e, portanto aberto e indeterminado, corrobora metodologicamente as ideias de Huizinga. Se no plano das discussões morais sobre a “decadência do Ocidente” Huizinga aponta para a rejeição do determinismo e da compreensão da história como destino inelutável a se cumprir a despeito da vontade dos indivíduos, no campo do saber histórico essa tomada de posição representa uma recusa da concepção orgânica dos fenômenos históricos e do excesso de dogmatismo. Desse modo, a morfologia de Huizinga parece querer afirmar, no campo metodológico, aquilo ele havia proposto em relação ao seu próprio tempo, ou seja, que a história era o espaço da ação do indivíduo, um espaço em aberto onde ficava excluída qualquer tentativa de previsão e/ou determinação. Como alternativa ao modelo spengliano, Huizinga oferece uma morfologia mais indeterminada e mais aberta, por certo; mas dotada de grande sentido para o presente no qual o conhecimento histórico deve funcionar como a forma espiritual por meio da qual uma cultura presta contas de seu passado (HUIZINGA, 1992, p. 95).

Joel Tarr apregoa que, nas pesquisas em História Urbana, por exemplo, depara-se com diversos momentos em que os moradores da cidade claramente enfrentaram as manifestações da força da natureza que ameaçariam, em diferentes aspectos do modo de vida urbano (TARR, 2001).

Desta forma, a História como morfologia e, em particular, a investigação histórica deveria encaminhar-se na articulação entre a atividade empírica (crítica), uma intensa e extensa atividade de contemplação, um amor pelos pormenores que o passado oferece (antiquarismo), o anseio de conhecer o passado enquanto “totalidade” significativa (síntese) e a inseparabilidade entre sujeito e objeto.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E OPERACIONAIS

Importantes análises da paisagem urbana vêm sendo feitas a partir da pesquisa geo-histórica, usando diferentes metodologias e fontes, baseadas em pesquisas e levantamentos bibliográficos, documentais, plantas, mapas, desenhos, gravuras, pinturas, fotografias, materiais arqueológicos, relatos e crônicas, esses trabalhos revelam a variedade e a riqueza da apreensão de ambientes rurais-urbanos pelos registros ao longo do tempo, daqueles que o perceberam e o vivenciaram.

Os procedimentos metodológicos e operacionais que viabilizaram a pesquisa fundamentam-se na análise e na consulta de diversas fontes ligadas ao tema da pesquisa, para isso foram utilizados os seguintes recursos metodológicos e operacionais, divididos em três etapas: em uma primeira etapa se refere a uma revisão bibliográfica sobre o tema, o que inclui a análise de narrativas; em uma segunda etapa da pesquisa foram coletados dados e informações em jornais, periódicos e documentos variados, em órgãos públicos municipais, estaduais e federais; em uma terceira etapa foi realizado um levantamento e análise de desenhos, fotografias, plantas, mapas, desenhos, gravuras e materiais arqueológicos que envolvam ou se relacionem com o período e a área de estudo, em órgãos públicos municipais, estaduais e federais, como também se buscou o levantamento de informações pertinentes a pesquisa diretamente no campo, assim como observações na própria paisagem.

Este estudo propõe-se, além de uma ampla revisão bibliográfica, a consulta em documentos e registros variados, alguns ainda pouco explorados que envolvam a área e o período de estudo em questão, que possibilitaram (re) construir as dinâmicas dos processos de interações sócio espaciais temporais com o objeto de estudo, seus significados, ambiguidades implícitas, omissões e ideologias.

As descrições encontradas em narrativas, por exemplo, podem comprovar aquilo que ficou registrado oficialmente ou pelas narrativas de cronistas e viajantes que passaram pela região no período em questão. A utilização dessas narrativas como fontes históricas representam uma análise particular, pois representam um momento específico entre o viajante, o cronista e o território visitado em um contexto único. Alguns destes documentos foram pouco

analisados e servem como fonte para se reconstruir parte de uma época através de um olhar particular, ou seja, de novas perspectivas e tendências na investigação científica, colaborando em uma análise multidisciplinar, já que reúne vários vieses dentro da pesquisa. Essa busca em documentos oficiais e não oficiais, representam vestígios importantes historicamente e possibilitam a (re) construção histórica das cidades, principalmente nos períodos mais distantes de nosso tempo, já que os registros podem ser escassos dependendo do período, neste sentido é importante que a pesquisa ocorra se visitando outras áreas do conhecimento, para restaurar na medida do possível as características que envolvem a área de estudo.

No caso da Pesquisa em registros fotográficos, mapas, plantas, gravuras e desenhos, a coleta foi realizada a partir de um levantamento no Museu Joaquim Felizardo, que possui um acervo fotográfico formado por cerca de 9.000 imagens de Porto Alegre dos séculos XIX e XX, com registros dos mais diferentes aspectos da cidade ao longo do tempo e estão disponibilizadas digitalmente, com consulta por tema e assuntos. Mesmo que em nosso período histórico de análise proposto, relacionado ao nosso tema, as imagens fotográficas inexistiam, tomamos a liberdade de utilizar algumas imagens fotográficas, quando acharmos apropriado, para além de documentar e ilustrar, oportunizar uma aproximação com as outras fontes.

5 FASE PRÉ-COLONIAL

A fase pré-colonial se caracteriza pelos primeiros trinta anos de dominação, tecnicamente o Brasil ainda não era uma colônia devido a inexistência de elementos que caracterizariam a estrutura colonialista. Mesmo com a apropriação da primeira riqueza, o pau-brasil, ocorria de forma muito primitiva e a sociedade indígena não era afetada pelas necessidades de enriquecimento de Portugal, conforme Lopes (1984): “...este dado nos mostra que se a simples dominação política não configura a situação colonial, da mesma forma não a configura a apropriação pura e simples das riquezas de uma terra pela população de outra. No caso, Portugal se apropriava do pau-brasil encontrado nas matas do litoral, mas não havia todo um sistema social e ideológico montado em cima deste fato. Considerando o binômio dominação-dependência que caracteriza o colonialismo”.

As sociedades indígenas que aqui habitavam, eram autossuficientes, e não necessitavam do português em seu sistema produtivo. Nesta fase a orientação mercantilista determinava que só faria sentido manter uma colônia caso tivesse especiarias ou riqueza metálica, constituindo um desafio para Portugal conservar a posse da terra, pelo menos não de imediato, e integrar na corrente do capitalismo comercial da época. Os motivos estratégicos da coroa consistiam em manter o domínio da rota atlântica que levava às Índias, em detrimento de seus mal delimitados domínios sul-americanos (LOPES, 1984).

Mesmo que grupos sociais isolados, anterior a expansão geográfica, ou da “globalização da natureza”, criam também uma segunda natureza, como a sociedade colonial ou mesmo a atual, por meio da produção, com empregos de técnicas e funções dadas a estes espaços, para os grupos isolados seu espaço social era o “seu” espaço geográfico, esta análise do processo produtivo seria uma tarefa simples, “unicamente reconstrução do passado, porque a escala das variáveis que intervinham era a mesma que a do espaço ocupada pelo grupo” (SANTOS, 2002).

Cabe neste sentido uma análise que possa elucidar estes processos produtivos dos povos originais e suas relações com os sistemas naturais aqui existentes anteriormente à chegada dos “colonizadores”⁴, já que durante muito

⁴ Colonialismo: 1. Definição - Colonialismo indica a doutrina e a prática institucional e política da colonização. Enquanto colonização é o processo de expansão e conquista de colônias e a

tempo a historiografia “oficial” deixou de lado vários aspectos importantes de seus estudos referentes aos povos autóctones que habitavam todo o vasto território americano, incluindo o Brasil, com suas diversas nações estabelecidas, principalmente das relações destes povos com seus ambientes. Com isso muito se perdeu destas culturas, que sucumbiram diante do avanço da ideologia de superioridade racial colonial. Resgatar a história espacial destes povos “selvagens” se torna fundamental em todos os sentidos, mas principalmente no que se refere às suas concepções e relações com o meio natural, certamente neste caminho a história destes povos tem muito a apontar e a nos ensinar a respeito destas relações com o espaço natural.

5.1 OS POVOS ORIGINÁRIOS E SUA RELAÇÃO COM AS ÁGUAS

É fundamental entender que antes da chegada dos “colonizadores europeus” em nossa área e objeto de estudo, no caso a planície do arroio Dilúvio, vislumbrar que milenarmente, aqui viviam grupos humanos, caçadores coletores, em uma área de amplos recursos, principalmente no que tange aqueles ligados aos modos de vida destes grupos flúvio-lacustres-marítimos, no caso dos grupos Guaranis (SOUZA, 2008). Só a partir desta consciência podemos aferir adequadamente as origens da degradação do arroio Dilúvio, descrito como de águas límpidas, cristalinas e abundantes, pelos primeiros “colonizadores”, percebendo, assim, que os povos que aqui habitavam e viviam originalmente⁵, conviveram e mantiveram-se harmoniosamente, em seus ambientes com os “preciosos” recursos naturais, diferente dos que vieram depois, no caso os “colonizadores”. Neste sentido Franca caracteriza a importância dos cursos d’água para estes povos, inclusive em seu contexto cultural e ideológico:

A água de rios, riachos, igarapés, igapós e lagos têm uma importância vital para os povos indígenas e na mitologia de várias sociedades a água

submissão, por meio da força ou da superioridade econômica, de territórios habitados por povos diferentes dos da potência colonial, colonialismo define mais propriamente a organização de sistemas de domínio. (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. 181 p.)

⁵ Segundo Drummond (1991, p. 185), em seu artigo sobre temas, fontes e linhas de pesquisa da história Ambiental destaca: Um antecedente particularmente importante para os historiadores ambientais norte-americanos são os estudos da chamada “conquista do oeste” ou da “fronteira” dos EUA, quando milhões de europeus ocuparam agricolamente, em poucas décadas, terras usadas milenarmente por povos indígenas de outras formas (TURNER, 1987; WEBB, 1959; WEBB, 1964; BILLINGTON, 1966).

está diretamente relacionada às suas origens, em muitos casos considerada um ser vivo que deve ser respeitado. Esses povos desenvolveram mitos que relatam o surgimento de suas tribos, dos ancestrais e das relações entre os seres da água e os humanos. Esses seres podem causar harmonia ou desarmonia (FRANCA, 2007, p. 57).

As concepções ambientais indígenas demonstram não só o entendimento da fragilidade do sistema natural, onde as águas têm papel fundamental, mas vão muito além disso, seus mitos e lendas construíram toda uma concepção ideológica acerca das águas que ainda merecem ser profundamente estudados. No entanto nos interessa aqui elucidar, com as fontes possíveis, suas relações com os cursos d'água, antes da chegada dos colonizadores, já que a partir daí iniciaria o período de dominação colonial, estes povos teriam então sua história e conseqüentemente sua cultura totalmente destruídas pelos "invasores", "O índio perdeu as terras diante do avanço do branco, foi escravizado e tornou-se vítima de genocídio silencioso e persistente, às vezes assistemático, mas sempre eficaz" (LOPES, 1984).

Contudo, não é difícil revelar a história dos povos que aqui viviam antes da chegada dos conquistadores europeus, mesmo com toda a carestia de informações acerca destes povos, atualmente reveladas apenas com a utilização de métodos alternativos, mas não menos científicos, na medida em que além dos relatos, mesmo escassos dos primeiros colonizadores ou de viajantes, os registros materiais acabam por comprovar seus modos e estilos de vida em toda a região em questão e apontam que estariam estreitamente ligados aos corpos d'água aqui existentes. Esta dificuldade imposta não impede uma análise ambiental histórica coerente, relativa aos primórdios do arroio Dilúvio, e merece antes de tudo, ser destacado, que mesmo antes da chegada dos exploradores europeus, todo o entorno da região onde hoje se encontra a cidade de Porto Alegre, era habitada por grupos de silvícolas, do grande grupo indígena Guarani (SPALDING, 1967).

A ocupação de toda a região sul do continente é milenar, e certamente representa um marco na ocupação de toda esta região, sendo uma história por ser ainda descoberta em seus detalhes. Souza (2008) enfatiza esta história, negada por muito tempo pela historiografia "oficial":

No entanto, a ocupação da região por grupos humanos começou milhares de anos antes de Cristo (a.C.), frequentada por hordas de caçadores e coletores praticantes de tecnologia da pedra lascada e polida. Talvez a antiguidade de ocupação da região de Porto Alegre

recue aos padrões cronológicos já pesquisados pela arqueologia nas bordas do Escudo Cristalino Rio-Grandense (também chamada Serra do Sudeste) junto ao rio Uruguai, com datações em torno de dez mil anos. Esses grupos mais antigos deixaram poucos registros e a descoberta eventual de um de seus acampamentos é de valor inestimável para desvendar aspectos sobre esses capítulos silenciados em nossa historiografia oficial. A história mais antiga da região ainda está por ser contada. (p. 16)

Toda esta região, de acordo com a reconstrução histórico-cartográfica de 1751 (Figura 4), de rica e extensa hidrografia, ofereceria amplos recursos, servia de morada e sustento a variados grupos, além de ser um entreposto das inúmeras paisagens do sul do Brasil, formando um “caminho”, Tape em Guarani, e acabou por colaborar com o acesso dos grupos “invasores”, que viram a região também como área estratégica, principalmente devido a sua geografia, segundo Souza (2008):

Porto Alegre nasceu como povoado ao permitir a ligação lacustre e fluvial com a planície existente junto ao litoral atlântico, interligadas pelo corredor terrestre existente entre a Laguna dos Patos a sul e as encostas do Planalto Meridional a norte. Para oeste de Porto Alegre está a Depressão Central, utilizada como corredor de circulação pelos ameríndios desde tempos milenares. Por isso, a historiografia perpetuou a designação de Tape como nome mais antigo para o Estado, palavra Guarani que quer dizer “caminho”, “percurso”. A importância geográfica de Porto Alegre é sua posição estratégica na ligação entre o litoral e o interior do continente, servindo como porta de acesso aos primeiros colonizadores portugueses que chegaram pelo litoral e adentravam pela Província do Rio Grande de São Pedro. (p. 16)



Figura 4 - Mapa baseado na reconstrução histórico-cartográfica, executada no Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, por João C. Campomar Junior, desenhista-cartógrafo, em julho de 1942, reeditado digitalmente por Sérgio Buratto em junho de 2002. Fonte: Disponível em: <<http://genealogias.org>>. Acesso em: 18 outubro de 2018.

Tudo leva a crer que a ambientação e sobrevivência destes grupos estiveram ligadas, a esta rica e variada região, principalmente no que diz respeito a sua riqueza hidrográfica⁶, já que a pesca e caça eram primordiais para a sobrevivência destes grupos em seu contexto social. A descrição desta paisagem paradisíaca por Spalding (1967), no caso do que viria a ser Porto Alegre, reforça este cenário de equilíbrio do sistema, o que se mantinha, mesmo sendo habitada e utilizada milenarmente por grupos Guaranis:

Matas, campos, arroios... pequenas elevações (314 metros a mais elevada), davam ao ambiente aspecto verdadeiramente festivo. E o grande lago tectônico – o Gauybe do indígena – que ligava diretamente ao mar – o “paraná” – através do “paranatinga” (Lagoa dos Patos), cheio de bonitas ilhas verdejantes, desde a foz dos rios Jacuí, Caí, Gravataí, e Cururuai (Sinos), até quase à ponta de Itapuã. (p. 13)

Sabemos que os grupos e diversas nações indígenas, tinham uma convivência de respeito e sustentabilidade com seus ambientes, não são poucos os relatos escritos que deixam claro e comprovam o estado paradisíaco encontradas nas terras a ocidente com a chegada de exploradores europeus. No estado do Rio Grande do sul as datações disponíveis sobre indícios de ocupação humana ultrapassam a marca dos 10.000 a 12.000 anos aproximadamente, e no país em torno dos 50.000 anos, no caso das fontes escrita, a dificuldade de estudo destes grupos se dá na medida em que existem muitas disparidades de nomes atribuídos a estes grupos, cada viajante escrevia os nomes de acordo com seu entendimento e grafia de sua língua de origem, originando uma variada sinonímia e muita confusão, ainda hoje não esclarecidas (WEIMER, 1992).

Na região de Porto Alegre viviam os Guaranis, e eram diferenciados de acordo com sua localização espacial pelos colonizadores europeus, como faz referência Schmitz (1991):

Quando os colonizadores deram nomes locais diferentes, como guaranis, tapes, carijós, arachãs, etc. aos grupos que falavam guarani apenas identificavam locais diferentes onde os índios viviam, como nós quando falamos do homem da Campanha, da Serra ou do Litoral (p. 31).

⁶ De acordo com Franca (2007, p. 41): Por outro lado, os portugueses e outros imigrantes desenvolveram uma cultura associada à água dependente de sua disponibilidade, ou seja, quanto maior a disponibilidade de água, maior o desperdício, seja em quantidade, seja em qualidade. Em muito pouco tempo a população nativa brasileira ficou reduzida em comparação à dos emigrantes, sem que seus usos e costumes influenciassem a cultura dos imigrantes; portanto, as formas de apropriação dos recursos hídricos foram desenvolvidas de forma parecida à das sociedades europeias.

Ainda sobre a localização e ocupação espacial destes grupos, sempre próximos aos leitos dos rios, devido sobretudo ao seus estilos e modos de vida, ligados a pesca, caça, coleta e cultivo de pequenas roças, faz destes povos um importante exemplo de convívio sustentável e harmonioso com o sistema natural de então. Este estilo de ocupação espacial é descrito por Becker (1991):

Os Guarani - do grande grupo linguístico Tupi-Guarani, ocuparam as áreas florestadas próximas dos grandes rios como o Uruguai, o Jacuí, o Camaquã e partes do Litoral atlântico e lagunar. Eram agricultores e bons ceramistas. (p. 125)

A mobilidade espacial destes povos existiu de norte a sul, possíveis de serem vistos através de seus caminhos, traçados durante suas migrações sazonais ou mesmo nas grandes migrações dentro do território americano, tomando a denominação herdada de Vespúcio para nosso continente, o que acabou contribuindo para a ocupação de todo território, no nosso caso pelos portugueses. Essa herança ligada a orientação e designação⁷ de locais e caminhos é clara, por todo o território nacional, e Porto Alegre não fica de fora, de acordo com Souza (2008):

Os conhecimentos territoriais indígenas foram fundamentais, para a penetração colonial portuguesa que, inclusive, utilizou antigos caminhos que interligavam tribos distantes desde os tempos anteriores a Pedro Álvares Cabral. Até hoje a geografia política de Porto Alegre resguarda o conhecimento indígena na designação de locais que viraram bairros ou logradouros como Ipanema, Nonoai, Itapuã, Iguatemi, Ubirici, Jarí e em uma centena de ruas. A busca de escravos índios pelos bandeirantes também ocorreu nas capitanias do sul, inaugurando a circulação colonial aprimorada depois pela busca das riquezas pecuárias das missões através dos Campos nativos desde as Lombas de Viamão, a partir de onde a ocupação de Porto Alegre foi desdobrada. (p. 15)

Quem teve o privilégio de se relacionar com os guaranis e nos permite hoje, obter alguma informação sobre a vida destes povos, sempre localizados ao longo dos cursos de água, sobretudo, se deve ao trabalho do missionário Montoya, que

⁷ Conforme Franca (2007, p. 55): Para os jesuítas nenhuma palavra indígena deveria perder-se em seu caminho rumo ao português. Eles fizeram do português uma imensa arca de Noé, onde a grande maioria dos nomes indígenas dos rios, lagos, riachos e arroios, córregos e regatos foram salvos no dilúvio da aculturação. E mais, as águas das palavras tupi batizaram, deram um banho na língua portuguesa. Para construir essa arca, a língua geral, os jesuítas estabeleceram, cortaram e pregaram regras como árvores, sugeriram e esculpam caminhos de transformações fonéticas como tábuas e encaixaram todas essas mudanças gramaticais como hábeis carpinteiros, seguindo normas seguras e replicáveis para que, com poucas alterações, o termo indígena fosse incorporado ao português. Esse ecumenismo linguístico, praticado e incentivado pelos jesuítas, vai ter sua grande expressão na formação do nheengatu, a “língua geral”, consolidada como a verdadeira língua do Brasil durante séculos e ainda falada na Amazônia.

nos dá uma excelente visão do estilo de vida desses povos, segundo Schmitz (1991):

A maior parte das informações sobre seu modo de vida provém do missionário Antonio Ruiz de Montoya, S.J. e não se referem especificamente ao Rio Grande do Sul, mas ao grupo em geral (Montoya, 1876, 1892). Sua economia e sua cultura se encaixavam perfeitamente no que os antropólogos estão acostumados a denominar “horticultores de floresta tropical”, como existe ainda hoje na Amazônia. Baseavam sua economia em pequenas roças ou hortas, abertas nas matas através de “queimadas”. Não tinham animais domésticos, o que os obrigava a conseguir as proteínas através da caça, da pesca e da coleta. Viviam concentrados em aldeias de casas coletivas, construídas com troncos e palha, numa clareira da mata. Eram consideradas aldeias pequenas as que tivessem de 200 a 300 habitantes, mas não sabemos qual seria o critério para considerar uma aldeia “grande”; certamente não mais que mil. Estes povoados com 3, 4 ou 6 casas, distariam 2, 3 ou 4 léguas uns dos outros, estando os maiores ao longo dos cursos de água e os menores nas encostas mais afastadas ou nas “serras”. As aldeias estavam ligadas por caminhos largos que iam do interior ao litoral (p. 33)

A ambientação diversa, flúvio-lacustre-marítima dos Guaranis, assim como a mata de araucárias ao norte ocupada pelos Guaianás, e a dos Charruas e Minuanos dos campos ao sul-sudoeste, possibilitam diferenciar estes grupos de maneira mais fidedigna ligando-os aos seus ambientes característicos, como os que habitavam ao longo do curso do rio Jacuí e de seus tributários, de acordo com Schmitz (1991):

Ao redor de 200.000 pessoas falaria guarani no Rio Grande do Sul ao tempo da colonização europeia. Estavam distribuídas por todas as áreas de mata subtropical, que se estende ao longo do rio Uruguai e seus afluentes, ao longo do rio Jacuí e seus tributários, ao longo da costa marítima e suas lagoas. Pelo norte faziam fronteira com grupos genericamente denominados Guaianás, ocupantes das matas com pinheiros, acima dos 300m de altitude, e pelo sul tinham como vizinhos Charruas e Minuanos, ocupantes dos campos (p. 33).

Nas cercanias, de onde seria edificada a cidade de Porto Alegre, e por tanto incluídos a este ambiente seus corpos d’água, viviam segundo Spalding (1967), pequenos grupos indígenas:

Nesse ambiente de encantos exóticos viviam indígenas espalhados de norte a sul, em pequenos grupos, alguns dos quais com nomes próprios designativos de sua condição. Tínhamos, assim ao sul, pelas margens do Guaybe, grupos puros de tribo guarani, desde a atual ilha de Francisco Manoel até o Morro do Osso. Ao norte, pelas margens do Gravataí, no atual Passo da Areia até, mais ou menos, a zona atual da ponte sobre o Guaíba, os tapi-mirim, isto é: moradores da pequena aldeia – dissidentes dos da grande margem – os tapi-guaçu, ou seja: moradores da grande aldeia. Eram, apesar de irmãs, inimigas essas duas clãs que o rio Gravataí separava. Do lado de cá (margem esquerda), entre um grande areal e matas costeiras e pequenas elevações (Morro do Forte e outros), os tupi-mirim, como seus irmãos de além e os de Itapuã, ilhas e morros do sul, viviam da pesca e da caça,

em modestas “ocas”, fabricando suas rudimentares peças de barro para uso doméstico e para sepultamentos: nhaembés (pratos), nhaetás (panelas), igaçabas (potes para água) e gaçabas (urnas funerárias). (p. 13)

As áreas ocupadas pelos grupos Guaranis na região eram vastas e quase sempre ligadas aos corpos d’água, o que não poderia ser diferente, já que a água representa um bem essencial, mais ainda enquanto aqui viviam os guaranis, pois acabava por alimentar um complexo sistema natural, capaz de suprir suas necessidades e isso certamente pressupõe um convívio capaz de manterem-se com estes recursos, principalmente se considerarmos suas densidades populacionais. A densidade destas áreas era intensa de certa forma, ao contrário de que se imagina muitas vezes, de uma terra insólita e abandonada, segundo Schmitz (1991):

Ao tempo da colonização europeia, no século XVI e XVII, todas as áreas de mata subtropical ao longo da costa, na borda do planalto, na serra do Sudeste e ao longo dos rios, estava ocupada pelos agricultores guaranis. Já não havia possibilidade de novas expansões e a população deveria se defrontar com um sério impasse, provavelmente não consciente, mas registrado pelos missionários espanhóis, que escreveram não existir nas matas um só lugar de terra suficientemente conservado para organizar uma missão. A crise não se tornou mais aguda porque todo o sistema foi modificado através da incorporação do índio nas economias e nas culturas de Espanha ou de Portugal (p. 37).

Infelizmente, mesmo se buscando relatos históricos alternativos, como crônicas de viajantes, sobre as comunidades autóctones que aqui habitavam, são raras as informações relativas a estes grupos que aqui estavam estabelecidos, sendo necessário recorrer principalmente à história material, materiais arqueológicos capazes de reconstruir seus modos e estilos de vida, de preservação no que diz respeito a sua relação com o ambiente natural. Neste sentido Weimer (1992), refere-se a mais esta problemática causada pelos conquistadores, varrendo literalmente a história destes povos:

Com a chegada dos conquistadores europeus, as culturas indígenas foram rapidamente dizimadas. Este processo foi tão violento que hoje se depende, em larga escala, de métodos arqueológicos para reconstituir as características básicas de sua existência material. (p. 11)

Mesmo com as dificuldades inerentes a pesquisa dos povos que habitavam a região, relacionar estes grupos a utilização sustentável dos corpos d’água antes da chegada dos europeus não só é fundamental, como se faz necessário para compreender as origens ou a gênese da degradação destes corpos, como no caso do arroio Dilúvio. Entender que o convívio harmonioso e sustentável com o

meio natural existiu por parte de populações humanas que aqui habitavam originariamente, tidos como “selvagens” pelos conquistadores, não só demonstra uma relação diferenciada com seus ambientes, como de sua própria filosofia acerca destes ambientes, sobretudo com as águas. Segundo Schmitz (1991), a água⁸ e seus recursos eram fundamentais na vida destes povos:

As aldeias das várzeas não tinham problemas com abastecimento de água para o banho e as necessidades da casa. Geralmente estavam sobre o dique marginal do rio, onde as enchentes dificilmente alcançariam. As corredeiras, junto às quais se localizavam, têm abundantes moluscos, são bons pesqueiros e acumulam seixos de material variado, necessário para a confecção de instrumentos. Nas barrancas se pode retirar argila adequada à fabricação do vasilhame. Vantagens semelhantes podiam ser conseguidas na beira das grandes lagoas. (p. 40)

Mesmo que sua técnica pareça ser “menos” desenvolvida para os padrões europeus à época, ou mesmo dentre outros povos autóctones americanos, estas populações conseguiram manter-se e viver aqui durante milênios, sem impactar os variados sistemas, como relata Schmitz (1991) referindo-se aos povos pré-históricos do Rio Grande do Sul:

As populações dos dez primeiros milênios tinham pouco domínio sobre a natureza porque suas culturas e sua tecnologia eram, ainda, pouco desenvolvidas. Viviam dentro da natureza e aproveitavam o que ela brindava graciosamente, interferindo muito pouco em seu sistema. Por isso estão muito dependentes da distribuição desses recursos e sujeitos às mudanças que se processaram nos últimos 10.000 a 12.000 anos (p. 13).

A relação dos grupos autóctones, com a ocupação do espaço natural, demonstram que nem sempre a técnica “mais avançada” resulta em avanço, entendendo avanço como preservação de recursos, principalmente os naturais. Sociedades que, mesmo sem o domínio da escrita souberam passar oralmente de geração em geração os conhecimentos necessários e capazes de sustentá-los, em condições extremas que exigem o meio natural, isso durante séculos a fio, pode ser considerado um avanço e tanto no que se refere à questão do entendimento ambiental, assim podemos, mesmo que de forma indireta reconstruir acertadamente, o grande desenvolvimento sócio cultural e ambiental destes grupos, como alertam Soares e Klamt (2005):

⁸ Em tupi, o substantivo água é diminuto, apesar de sua abundância na terra brasilis. Água resume-se a uma letra: i (ig). A expressão água verdadeira, água de fato, é ieté. Água doce é icem. Água boa é icatu. Água benta ou água santa é icaraí, palavra muito pronunciada por ibarés jesuítas (FRANCA, 2007, p. 56).

A pesquisa arqueológica tem como objeto a reconstituição do povoamento do passado, através da análise das evidências da cultura material. Tem importante função na tentativa de situar na longa evolução da espécie humana, os grupos pré-históricos que habitavam o RS a partir de pelo menos 12.000 AP. levando em conta não apenas o desenvolvimento biológico, mas também o sócio cultural e ambiental (p. 56).

Com a colonização, a disputa por posse de territórios e recursos faz do interposto de Viamão uma prioridade da coroa portuguesa, sendo necessário não só ocupar, mas ocupar as áreas mais nobres, como os leitos e várzeas, expulsando aos poucos suas populações originárias, levando-as segundo Schmitz (1991) a viver em áreas agora distantes dos leitos fluviais, impactando sua sobrevivência:

Mas logo, na primeira grande expansão, correspondente ao clímax da cultura, as aldeias se transferiram para as várzeas, onde as terras são mais férteis e mais profundas, havia bastante caça, pesca e moluscos comestíveis, podendo a locomoção ser feita por água. A população já era suficiente para competir com os índios caçadores e coletores, que podiam ser enxotados, destruídos ou incorporados. As aldeias, com isso, se tornariam maiores e mais duradouras. Depois de preenchidos os espaços das terras aluviais ao longo de todos os rios e das lagoas, começa o povoamento de áreas cada vez menos adequadas, nas encostas ou lombas, longe dos rios, com solos pobres provenientes da decomposição do arenito Botucatu e do granito. Aí não há peixe, nem moluscos, e a comunicação é mais difícil. As aldeias só podem ser pequenas, pobres e pouco duradouras. (p. 39)

A extinção destas populações e logo de seus estilos e concepções de vida, como a despeito das águas por exemplo, foram totalmente desconsiderados⁹, os “selvagens” não tinham nada a ensinar, na concepção dos povos brancos vindos do leste, em ondas cada vez maiores, transformando-se em verdadeiros “tsunamis” para os “selvagens”, levando não só suas terras, mas seus costumes e conhecimentos, acerca de um espaço tão rico e ao mesmo tempo tão vulnerável. Conforme Souza (2008), este desconhecimento é alimentado ainda hoje, ocultando formas importantes de organização e compreensão acerca do meio ambiente natural:

Tanto hoje como no passado, o comportamento territorial dos autóctones platinos tem sido mal compreendido, desde as pré-compreensões do espaço geométrico e euclidiano introduzidas desde a Europa moderna, fundando a “consolidação” da conquista pela posse efetivada em propriedade privativa e individual da terra. A falta de uma perspectiva antropológica, e as operações de velamento fizeram conquistadores e colonizadores subestimarem o fenômeno sumariamente descrito como “nomadismo” dos povos originários. Os povos autóctones platinos

⁹ É importante notar que a cultura indígena exigia a preservação do meio ambiente para garantir águas limpas para sua subsistência e para seus ritos (FRANCA, 2007, p. 41).

viviam, assim como quase todos os nativos das Terras Baixas sul-americanas, em regime de circulação sazonal entre aldeias e acampamentos. Conforme a época do ano, havia o deslocamento dos núcleos domésticos de produção por todo o vasto território tribal, independentemente da existência de aldeias e assentamentos “mais” permanentes ao estilo do que passaram a praticar os colonizadores. (p. 18-19)

Em suma, é certo que a relação de convívio com o meio ambiente, especialmente com os recursos hídricos, e que as técnicas e funções empregadas aqui por estes povos, sempre viabilizaram a convivência harmônica com estes espaços, havia uma concepção clara da importância destes recursos, e de sua conservação, resta perceber, que de certa forma houve uma tentativa de apagar através do tempo estas concepções, tão distantes, mas ao mesmo tempo atuais no que se refere aos novos entendimentos e concepções de conservação do espaço natural, “não houve aqui uma democracia racial, isso não poderia ocorrer em um sistema de dominação, “...consequentemente preponderaram também seus valores culturais na formação social da área colonizada...” (LOPES, 1984), estes valores irão preponderar nos próximos séculos e hoje vemos seus resultados.

6 O PERÍODO COLONIAL

De acordo com o conceito sugerido e pertinente ao nosso trabalho, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2015, p. 23-25), coloca o período colonial como o início do processo de globalização da natureza, ou a primeira fase, que se estende “do século XV-XVI ao século XVIII até hoje”, período tido como “o colonialismo e a implantação da moderno-colonialidade”, a partir de 1492, com a descoberta da América “passamos a ter uma história e uma geografia verdadeiramente mundiais”, “impondo às histórias regionais ou, pelo menos, as condicionando”. Ocorre um processo não só da dominação da natureza, mas “de alguns homens sobre outros homens,” da cultura dos colonizadores sobre a cultura de outros povos, em nosso contexto, os povos originários, os indígenas, “naturalmente inferiores”, já que “a modernidade europeia inventou a colonialidade e a racialidade”.

A imposição da “cultura dos colonizadores” com sua chegada ao “novo mundo”, acaba se tornando o marco do início da degradação da natureza. No que diz respeito aos corpos hídricos, foram utilizados como forma para uma escalada pelo interior de nosso território através da navegação, superando os limites após a chegada pelo Oceano, Porto Alegre é um exemplo claro dessa estratégia de interiorização, a medida em que sua posição e configuração hídrica ofereceram estas condições de acesso, mesmo antes da chegada dos colonizadores¹⁰. Indo mais além, quando revivemos as características geopolíticas a época da colonização, como a distribuição das Sesmarias (FLORES, 1987), em um processo claro de territorialização, onde os colonizadores utilizaram os cursos d’água como limitadores destas áreas, como no caso da Sesmaria de Santana (Figura 5), facilitando a implementação e partilha das terras recém descobertas.

¹⁰ Souza afirma: “assim, o acesso do litoral atlântico em direção ao interior do continente pelo norte da Laguna dos Patos é muito antigo e usado por grupos originários, hoje chamados ‘índios’, pouco descritos pelos antigos cronistas, provavelmente muito aparentados dos grupos que foram chamados como Arachanes, Carijós, Anjos, Guarani, Tapes, Minuanos e Charruas nos documentos dos séculos do Período Colonial.”(SOUZA, J. O. C. Territórios e povos originários (des)velados na metrópole de Porto Alegre. In: FREITAS, A. E. C.; FAGUNDES, L. F. C. **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**. Porto Alegre: PMPA/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2008, p. 15-16.)



Figura 5 - Mapa das Sesmarias de São José e de Santana, delimitadas pelo arroio Jacareí e o rio Gravataí. Fonte: OLIVEIRA, 1985, p. 16

De acordo com a maior parte das obras historiográficas referentes a história do Brasil, Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, o período colonial inicia-se com o estabelecimento dos europeus nestes territórios, no caso de Porto Alegre, com interesse e grande proximidade com nosso objeto de estudo, levando em consideração o conceito de “Globalização da Natureza”, já refletido, se destaca o arroio Dilúvio. Que de largada serve como limitador no contexto geopolítico territorial dos colonizadores, um significado territorial bem diferente daquele dos habitantes originários¹¹, já que a sede da sesmaria concedida a Jerônimo de Ornelas pela coroa portuguesa com sua sede próxima a área da nascente deste arroio, que também servirá de limite desta Sesmaria, juntamente com o rio Gravataí. Conforme Moacir Flores (1987):

Em 1733 foi concedida a primeira sesmaria em Tramandaí, alguns tropeiros começaram a solicitar terras do vasto território de Campos de Viamão. Dentro da área do atual município de Porto Alegre, em 30 de março de 1736, Sebastião Francisco Chaves recebeu sua sesmaria entre o arroio Dilúvio e o arroio Cavalhada, com a sede no morro São

¹¹ Souza (2008, p. 19) afirma: “... a partir de uma inferência sobre os padrões de territorialidade autóctone pré-histórica é importante para entender a formação histórica da região de Porto Alegre. Por exemplo, os rios que hoje fazem a divisa internacional não eram fronteiras, mas centros da vida dos Guaranis, pois que cultivadores tradicionalmente adaptados às várzeas fluviais em toda a Região Platina, onde praticavam o cultivo pelo corte e queima. Seus descendentes transitam pela região até a atualidade, embora reduzidos a pequenas e poucas áreas onde criam suas aldeias e acampamentos geralmente à margem do latifúndio e de outras propriedades privadas”.

José; em 5 de novembro de 1740 Jerônimo de Ornelas Meneses e Vasconcelos ganhou a sesmaria entre o arroio Dilúvio e o Guaíba, com sede no morro Santana, e Dionísio Rodrigues Mendes, com a sesmaria entre o arroio Cavalhada e do Salso e sede no morro S. Gonçalo, nunca solicitou concessão. (p. 18)

Ao mesmo tempo as obras historiográficas referidas quase não mencionam, pelo menos diretamente, a forma, a presença e a ocupação autóctone deste espaço, e que se sabe obedecia a toda uma organização espacial característica, tanto de grupos como de áreas, obedecendo a uma sazonalidade característica da área, fundamentais e importantes para sobrevivência destes povos, como explicitamos anteriormente. Segundo Moacir Flores (1987):

Antes do povoamento português as margens e ilhas do Guaíba eram habitadas por índios guaranis, que viviam em aldeias, reunidos em clãs sob chefia de um conselho, pajé e caciques. Não há documentos escritos por viajantes sobre os guaranis que habitavam estas paragens, apenas encontramos vestígios arqueológicos como cacos de cerâmica, instrumentos de pedra e osso. Quando os portugueses se estabeleceram na região de Porto Alegre, no século XVII, os índios não mais existiam. (p. 17)

Uma análise histórica espacial destes povos e de seus ambientes demonstra, que suas áreas passaram a ser tomadas ou reservadas aos grupos “invasores”, passaram a determinar não só a extinção destes grupos autóctones, mas também a expropriação de seus ambientes, como as planícies ou mesmo de grandes áreas de bacias em alguns casos. Reclusos destes espaços, acaba por se intensificar os processos de extinção ou de fuga destes povos originários num primeiro momento, já que estes espaços se configuram como importantes e fundamentais para a sobrevivência dos grupos Guaranis aqui estabelecidos, assim como de seus estilos de vida, ligados inexoravelmente a estes ambientes. Em outro momento seus espaços vão se tornar cada vez mais escassos, devido a intensificação da ocupação da região. De acordo com Caio Prado Júnior (1961) este processo de colonização era característico neste período:

O caráter mais profundo da colonização reside na forma pela qual se distribui a terra. A superfície do solo e seus recursos naturais constituíam naturalmente a única riqueza da colônia. Não éramos como as Índias um país de civilização avançada, cujo aproveitamento pelos conquistadores se pudesse fazer pelo comércio ou pelo saque – que na época se confundiam num só e mesmo conceito. Aqui, uma só riqueza: os recursos naturais; daí uma só forma de exploração: a agricultura ou a pecuária, subordinadas ambas à posse fundiária. (p. 14)

Mesmo que este primeiro núcleo de ocupação europeia, ainda não representasse inicialmente uma cidade, mas seus fundamentos, principalmente na fundação do porto e entreposto militar-comercial, com suas primeiras vias

partindo da área atual do Gazômetro, muito próximo a foz do nosso objeto de estudo (Figura 6), esta área se configura como importante e estratégica para os interesses da Coroa, as cidades ou núcleos urbanos foram os primeiros instrumentos de dominação utilizado pelos colonizadores, seja em relação às populações ou de seus territórios, além de ser antinatural, importante constatação no que se refere a gênese de uma análise ambiental, o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1969), enfatiza esta questão:

Com efeito, a habitação em cidades é essencialmente anti-natural, associa-se a manifestações do espírito e da vontade, na medida em que se opõem à natureza. Para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades, foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram (p. 61).

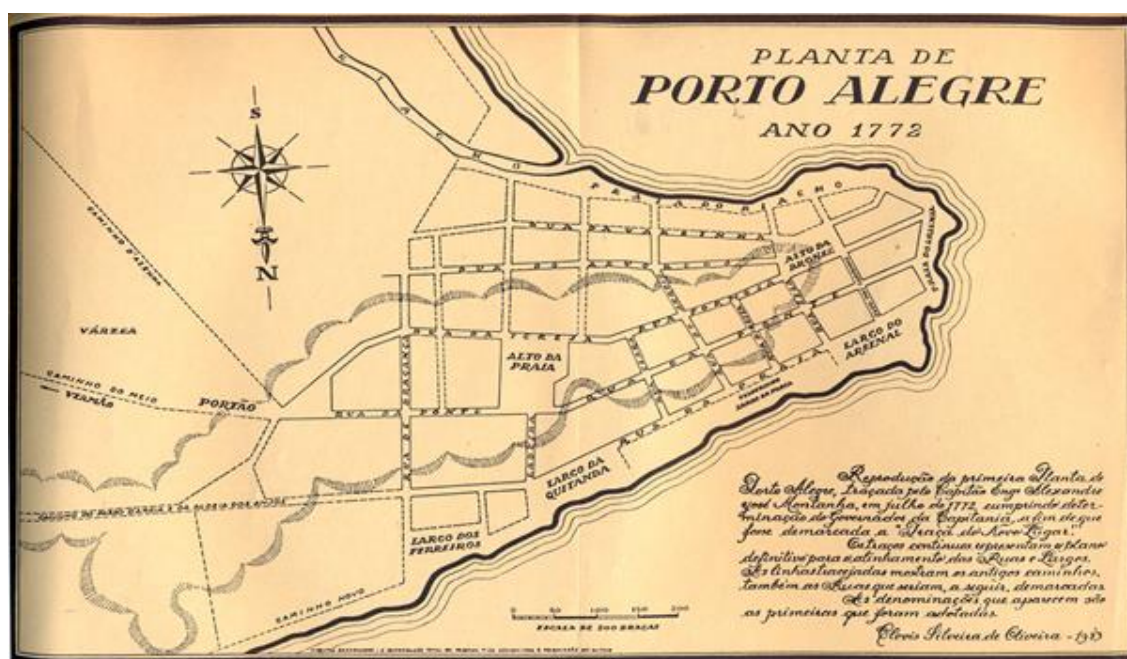


Figura 6 - Reprodução da primeira Planta de Porto Alegre de 1772, traçada pelo por Alexandre José Montanha, em julho de 1772. Fonte: OLIVEIRA, 1985, p. 28-29

Os dados populacionais referentes ao que viria a ser Porto Alegre no período colonial são restritos, e são possíveis com certa segurança, levando-se em consideração os registros eclesiásticos mantidos pelos párocos das freguesias de então, entre os anos de 1780 a 1810¹², que passa de 1.713 a 5.531 habitantes respectivamente, chegando a Capitania de Rio Grande de São Pedro,

¹² População da Vila de Porto Alegre: 1780, 1.713; 1791, 2.349; 1798, 3.438; 1802, 4.183; 1805, 4.286; 1807, 4.940; e 1810, 5.531 habitantes. Fonte: Base Naval do Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

em 1810 a 16.224 habitantes. Se considerarmos a área urbana, restrita entre a crista onde se encontra a atual Duque de Caxias e o lago Guaíba, o impacto populacional concentrado nesta área poderia ser considerável a medida em que este núcleo intensificava suas atividades comerciais de interesses crescentes da coroa, militar inicialmente, passando a um importante entreposto comercial da colônia. A evolução política de Porto Alegre no período colonial que vai de Freguesia em 1772, Sede Administrativa da Capitania em 1773, Município criado em 1803, recebendo o predicamento de Vila, que se instalou em 1810 e Cidade, por Carta Imperial em 1822 (OLIVEIRA, 1985), revela seu crescimento e importância, atraindo contingentes populacionais capazes de impactar o meio ambiente de então.

6.1 TOPONÍMIA DO ARROIO DILÚVIO

Nosso objeto de estudo recebeu ao longo do tempo variados nomes, Jacareí, Riacho, Riachinho, arroio da Azenha, arroio do Sabão, arroio¹³ Dilúvio. De acordo com Franco (1998) em seu verbete, Riacho, no Guia Histórico de Porto Alegre, o então arroio Dilúvio é reconhecido popularmente por diversos nomes, além de ser visto como um empecilho, devido seu extravasamento em períodos de elevada precipitação:

Riacho- Pequeno arroio, com cerca de 20 quilômetros de curso, que, nascendo nas serranias de Viamão e recolhendo as águas das caídas do Morro Sant'Ana, entrava em Porto Alegre pelos bairros do Partenon, Santana e Azenha, percorria a Cidade Baixa e ia lançar-se ao Guaíba nas proximidades do centro. Chamado popularmente pelos mais diversos nomes – Riacho, Riachinho, arroio Dilúvio ou arroio da Azenha-marcou negativamente as zonas que atravessava. (p. 343)

Seu nome original, porém, Jacareí, se deu pelos povos que aqui habitavam antes da chegada dos colonizadores, e estabelecem estreita relação com os cursos d'água, no caso os Tupis Guaranis. Jacareí, do Tupi Guarani *jacaré-i* = o rio do jacaré¹⁴, e inicialmente fora assim chamado pelos primeiros colonizadores. Esta menção, e configuração no mapa (Figura 6), se constata na obra Porto

¹³ Arroio: denominação dada aos pequenos rios no sul do Brasil. Ex.: arroio Chuí. Corresponde aos *igarapés* da região amazônica. Fonte:(GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 65.)

¹⁴ DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI GUARANI, 2018.

Alegre: A Cidade e Sua Formação, onde marca o limite sul da Sesmaria de Santana, Oliveira (1985):

...tendo como divisa o Rio Gravataí; ao sul, com as terras do Tenente Sebastião Francisco Chaves, tendo como divisa o Rio Jacaréi (mais tarde chamado de Arroio Dilúvio ou simplesmente Riacho). (p. 17).



Figura 7 - Mapa da Sesmaria de Santana, delimitada pelo rio Jacaréi e o rio Gravataí. Fonte: OLIVEIRA, 1985, p. 20

De acordo com Pereira (2002), o domínio da hidronímia pelos povos indígenas é total: “A notável memorização da toponímia testemunha a ocupação em caráter permanente da região por um longo período. Não raro, a origem dos nomes dos locais são referências importantes para acontecimentos situados em tempos remotos, extrapolando o campo da memória vivida e adentrando-se pelo

tempo dos antepassados míticos. A memória das referências geográficas remete aos seus antigos ocupantes e, em muitos casos, são designadas pelo nome de um antigo morador de elevado prestígio, que liderava uma parentela”.

Na busca de relatos escritos que pudessem atestar a presença de jacarés nestas paragens, cabe ressaltar uma referência encontrada a respeito de jacarés, em um livro de crônicas, de viajantes que estiveram ou mesmo moraram em Porto Alegre, *Os Viajantes de Porto Alegre: 1890-1941* (FILHO E FRANCO, 2004), onde nos interessa o relato do viajante alemão Karl Grube, ator e encenador, em visita a Porto Alegre, em maio de 1910, narra sua “primeira caçada de jacaré”¹⁵, em companhia de um renomado dentista e de um barqueiro, essa referência, é importante, indiretamente, pois ocorre nas imediações de nossa área de estudo, comprovaria e daria sentido ao nome original do nosso arroio Dilúvio.

Já no Dicionário Histórico e Geográfico da Província de S. Pedro, de Domingos de Araújo e Silva (1865), em seu verbete, Dilúvio, comporta uma diversidade nominal, determinada por áreas de seu alto, médio e baixo curso: arroio do Sabão próximo a sua nascente, de arroio da Azenha em seu curso médio e de Riachinho próximo a sua foz. Além de mencionar também a “boa qualidade e abundância de suas águas”, já em 1862:

Dilúvio (Arroio do -). Pequeno arroio, cujas nascentes são nos morros de Santana e de Belém, distantes 21 léguas da cidade de Porto Alegre, e cuja foz é no rio Guahyba em um dos bairros desta mesma cidade. Tendo uma comissão de engenheiro, em 27 de setembro de 1862, visitado este arroio, e reconhecido a boa qualidade e abundância de suas águas, trata-se de encana-las para abastecimento da cidade. Este arroio toma o nome de arroio Sabão do passo deste nome em diante, o de arroio da Azenha da estrada do Mato Grosso para baixo, e finalmente o de Riachinho pouco acima de sua foz; sobre ele existem três pontes, duas de alvenaria e uma de madeira, sendo as de alvenaria bem construídas e assentadas, uma na estrada denominada da Azenha e outra em frente a cidade, e a de madeira na estrada do Menino-Deus. (p. 31)

¹⁵ Sobre a “primeira caçada de jacaré”: no volumoso Guaíba, nas imediações de Porto Alegre, encontram-se esses animais ainda com frequência, quando o nível de água está elevado. Um inveterado caçador alemão, e nas horas vagas, honrado dentista, é especialista em qualquer assunto sobre jacarés. Esse mostrengo é chamado aqui de “jacaré”, em português. Morde também terrivelmente e por isso esse bandido é abatido. Fomos de barco pelo Guaíba acima, para margem cheia de juncos e ficamos espreitando. ... Mas, à margem esquerda do Guaíba, sei, a partir desse dia, que não se fiska nada. (...) Após mais de uma hora, que me pareceu uma eternidade, surgiu um jacaré - a cabeça erguida, com a goela escancarada para o alto, os olhos fechados - o maroto dormia ao sol. Duas espingardas detonaram duas vezes. (...) - o dentista, o barqueiro e eu - puxamos com uma corda o jacaré para fora do seu *habitat*, para praia. Um jacaré a menos no guaíba! Um metro e quarenta centímetros, da cabeça até a cauda. E da cauda até a cabeça, nem mais nem menos. Era, portanto, um pequeno exemplar. (NOAL FILHO, V. A.; FRANCO, S. C. **Os viajantes de Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anatterra, 2004, p. 147)

Mas seu nome atual se deve principalmente a exacerbação de suas águas, em períodos de intensa precipitação, principalmente em seu curso inferior, influenciado pelas águas de toda bacia do lago Guaíba, nas áreas de várzeas ocupadas por sua sinuosidade, nos atuais bairros Cidade Baixa, Menino Deus, Santana e Azenha. Esta referência, Dilúvio¹⁶, parece ter se dado pelos moradores da “ilhota”, isso já lá pela metade do século XIX, quando começa a ser mais intensamente habitada, se tornado um núcleo de miséria. Segundo Pesavento (1999), “como este fazia jus ao nome que veio receber - arroio Dilúvio -, a região estava frequentemente alagada e, desde o início, sempre foi ocupada pelas camadas mais pobres da população, na sua quase totalidade, negros e mulatos”.

Levando em conta dados atuais de precipitação na região, o arroio Dilúvio sofria dois tipos de enchentes, provocadas pelo alto índice pluviométrico, no inverno e primavera, ou mesmo no verão, onde os índices poderiam extrapolar as médias abruptamente, e de outro pelo lago Guaíba, que dependendo da quantidade de chuva em sua bacia, ou até mesmo da direção dos ventos poderiam represar suas águas, e podendo ainda ocorrerem simultaneamente, o que poderia gerar uma situação calamitosa (FUJIMOTO, 2001).

Sendo assim, o nome que sobreviveu a nosso tempo surgiu por uma inferência a uma hecatombe bíblica, sofrida por aqueles grupos de excluídos que habitaram a planície de inundação do arroio, mesmo que ainda hoje o “saneamento”, através do desvio de suas águas ou retificação de seus meandros resolvesse essa situação, permanecem as marcas históricas e sociais que dão algum sentido aos espaços transformados, mas nem sempre justos.

6.2 AS FUNÇÕES DO ARROIO DILÚVIO

Mesmo que tenhamos sempre em mente o espaço total, nos estudos e análises geográficas, a categoria de escala se faz necessária, inclusive para a

¹⁶ **Dilúvio**: Nome dado, de modo geral, aos detritos do Pleistoceno. A origem desse material era explicada como resultante de *cataclismos diluviais*. Em alguns depósitos diluviais se encontra fauna da época e mesmo restos de uma indústria do homem pré-histórico. Guerra e Guerra. **Novo Dicionário geológico-geomorfológico**. RJ: Bertrand Brasil, 1997, P-204. **Dilúvio**: sm. 1. Inundação Universal; cataclismo. 2. Grande chuva; Inundação. 3. (fig.) Grande quantidade. Luft, Celso Pedro, **Mini Dicionário**. SP: Ática, 2005. - **Dilúvio**: sm. 1. Enchente que alaga tudo. 2. Grande quantidade de chuva. (Mattos,Geraldo. **Dicionário Júnior da Língua Portuguesa**. SP: FTD, 2011.)

compreensão das transformações temporais que envolvem por exemplo, as funções ligadas a este espaço. Nas palavras de Milton Santos (2002), “a mudança temporal se define como o funcionamento dessa estrutura e como uma dinâmica interior ao sistema social; e como maneira de realizar as expectativas institucionais que configuram essa totalidade de funções ligadas a uma posição no espaço, isto é, a um lugar”. Uma sociedade, seus movimentos, as transformações relacionadas na formação de conteúdos e funções dos diferentes lugares, podem ser entendidas a partir das divisões territoriais do trabalho (SANTOS, 1996).

Neste sentido cabe ressaltar as diferentes funções atribuídas ao arroio Dilúvio na cronologia do processo de colonização na região.

Na obra do cartógrafo Clovis Silveira de Oliveira (1985), que escreveu extenso estudo sobre a formação de Porto Alegre, o arroio Dilúvio aparece com uma das suas primeiras funções dada pelos colonizadores, delimitando a Sesmaria de Ornelas no lado Sul, juntamente com o rio Gravataí no lado Norte, sendo referido inclusive com seu nome original, rio Jacareí, denominado assim pelos grupos Guaranis que aqui viviam:

A Sesmaria de Santana foi concedida a Jerônimo de Ornelas pelo Capitão General da Capitania de São Paulo e Minas Gerais, Dom Luiz Mascarenhas, em nome de Sua Majestade, dada na Vila Boa de Goiás, aos 5 dias do mês de Novembro de 1740 e tinha as seguintes confrontações: ao norte, com a fazenda do Tenente Francisco Pinto Bandeira, tendo como divisa o Rio Gravataí; ao sul, com as terras do Tenente Sebastião Francisco Chaves, tendo como divisa o Rio Jacareí (mais tarde chamado de Arroio Dilúvio ou simplesmente Riacho); a oeste, as praias do Rio Grande (conhecidas na época por Igahiba, Lagoa de Viamão, hoje Guaíba) e a leste, com as terras de Francisco Xavier de Azambuja, tendo como divisa o Arroio Feijó e seu afluente mais tarde conhecido por Arroio Dorneles, incluindo todo o Morro Santana. (p. 17)

Esta rica paisagem, seu relevo, a extensa e diversificada rede hidrográfica irão ser de fundamental importância, como um entreposto de comunicação estratégico para coroa, claramente uma função militar e comercial a princípio, e irá ditar a fundação de Porto Alegre, segundo Souza (2008):

A região de Porto Alegre está localizada no encontro de diversas paisagens continentais (bacia dos rios formadores do Lago Guaíba, Serra do Mar, Serra Geral, Planalto Meridional, planície litorânea e lacustre, planuras do Pampa), o que explica em parte sua posição de destaque no cenário regional. A cidade está assentada nas margens das formações graníticas que impuseram a inflexão do delta do rio Jacuí para sul até o encontro do Guaíba com a Laguna dos Patos. Na margem oriental dessa inflexão de águas surgiu uma pequena vila criada como

porto fluvial de Viamão que recebeu grande incremento depois que se inaugurou o fluxo de navegação internacional através do canal de Rio Grande, passando por São José do Norte, tornando-se Porto Alegre entreposto do comércio regional que se estendeu adentrando a Depressão Central e que se consolidou subindo os rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos e Gravataí. (p. 15-16)

Outra característica importante, e que de certa forma determina outra função ao arroio Dilúvio à época, o Riacho servirá também como limitador natural da vila, separando a parte norte do sul, sul ainda inabitado, em parte pela própria barreira imposta por este córrego, e de outra da falta de investimentos técnicos capazes de transpor esta barreira, se dando a ocupação destas áreas só bem mais tarde, quando da construção de pontes de madeira, que irão permitir a passagem sobre o Riacho.

Importante ressaltar que o arroio Dilúvio, ou Riacho à época, irá compor também a famosa linha de fortificação (Figura 7), em seu flanco sul, já que limitava também a área urbana, de acordo com Monteiro (2001) o ano de 1778 é um marco da organização do espaço urbano de Porto Alegre, com a construção de muralhas para proteção da futura cidade, orientando o sentido do crescimento e demarcando os limites entre o rural e o urbano, uma função estratégica militar, participando o arroio Dilúvio, este curso natural acabou por economizar em muito no que se refere a esta linha de fortificação no flanco sul, que inicialmente em alguns pontos passou de montes de terra socadas, a muros de pedras, a medida em que pode-se investir em tal intento. Os limites desta linha de defesa são descritos por Oliveira (1985):

A linha de fortificações iniciativa na margem do Guaíba, imediações da atual Praça Oswaldo Cruz, subia, observando o atual traçado da Rua Pinto Bandeira, passava por trás do prédio da Santa Casa e tomava a direção do Portão, daí formava quase um ângulo reto e descia pelo atual alinhamento da Av. João Pessoa até encontrar a atual Rua da República onde formava novo ângulo reto tomando o rumo do Riacho e atual Praia de Belas, nas proximidades do Pão dos Pobres. Além dessa linha foram colocadas diversas baterias em pontos importantes de toda margem do rio. Essas providências eram ainda reforçadas por diversos navios de guerra distribuídos estrategicamente pelo Guaíba. (p. 51)



Figura 8 - Mapa de Porto Alegre, 1840, mostrando a linha de fortificação a esquerda e a Foz do Riacho na parte superior direita compondo a linha de fortificação

Já estabelecidos os açorianos, com a mudança da capital de Viamão para Porto Alegre, que se torna freguesia em 1772, assim como o desenvolvimento da região do Jacuí, a produção de trigo se intensifica¹⁷, se tornando estratégico para os interesses da coroa. Conforme Clóvis Silveira de Oliveira (1985), as águas do arroio Dilúvio foram fundamentais no processo de produção do trigo, no caso do produto final, na moagem dos grãos e fabrico da farinha:

Enquanto isso, lá fora, além da Várzea, os colonos e seus descendentes desenvolviam suas atividades agrícolas, destacando mais a plantação de trigo, aproveitando a força da água do Arroio Dilúvio para mover suas azenhas ou moinho e fazer a farinha. O lugar tomou o nome que chegou até nossos dias: AZENHA. Um dos estabelecimentos que ali mais se destacaram foi o do Chico da Azenha, o primeiro açoriano a chegar no

¹⁷ No ano seguinte, em 1773, a freguesia passou a ter Nossa Senhora Madre de Deus como a padroeira do povoado em crescimento, a ponto de José Marcelino trasladar para ele a capital de Viamão. Cultivando as chácaras com trigais e outros cereais, os açorianos foram dando uma fisionomia animada ao Porto. Situados em datas de 272 ha, a pequena propriedade foi implantada na Capitania, contrastando com o latifúndio, com cerca de 13.000 ha, já lastreado em grande parte do Leste sulino. Neste cenário, despontou o Porto dos Casais como importante centro abastecedor de alimentos da região, então configurada como uma sociedade que se estruturava pela diferença e que, paulatinamente, foi sendo consolidada. Em meio a essa movimentação que apresentava momentos de distensão, a agricultura praticada pelos açorianos passou, não só, a fornecer alimentos para o mercado local, como a render lucros à Coroa portuguesa com a crescente exportação da produção tritícola. (KNIERIM, C.; CARELI, S. **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FIGTF/FAPA, 2012, p. 125)

Porto Dorneles. Em 1802 é autorizada a construção da primitiva Ponte da Azenha, onde hoje está de concreto. (p. 41)

O fluxo das águas do arroio Dilúvio propiciaram aos primeiros habitantes outra importante e fundamental função, se tratando da moagem dos grãos de trigo produzidos nas cercanias do vilarejo pelos açorianos recém-chegados. De acordo com o Guia Histórico de Porto Alegre, de Sérgio da Costa Franco (1998), o “Chico da Azenha” se estabelece a margem do arroio Dilúvio, fundando o primeiro moinho da região, a Avenida Azenha, outrora caminho da Azenha, assim como o bairro, devem sua origem a este primeiro estabelecimento de Francisco Antônio da Silveira:

Avenida da Azenha – Começa na Avenida João Pessoa, junto a Praça Piratini, e termina na rua José de Alencar, junto a Praça Antônio João. Foi conhecido como Caminho da Azenha, desde o século XVIII, o caminho que, descendo do Portão da Vila se dirigia ao moinho d’água de Francisco Antônio Silveira, apelidado Chico da Azenha, por dedicar-se à moagem do trigo numa azenha de sua propriedade, instalada junto ao arroio Dilúvio. (p. 50)

A localização deste moinho, à margem esquerda do arroio Dilúvio é atestada por Riopardense de Macedo (1968), ao mesmo tempo em que menciona a existência de práticas agrícolas nas áreas adjacentes, provavelmente aproveitando também as águas do arroio Dilúvio:

Não se ignora que desde o início tenham havido atividades agrícolas pelas proximidades, como é o caso do Chico da Azenha, que se instalara nas terras de Sebastião Francisco Chaves, ao sul da estância de Jerônimo de Ornelas, a margem esquerda do arroio Dilúvio. Outras pequenas chácaras teriam sido plantadas à sombra de acordos feitos com os sesmeiros. (p. 62)

O Porto Dorneles, ou recanto do riacho (Figura 9), localizado próximo a foz original do arroio Dilúvio, nas proximidades do atual Gasômetro, permitiu a entrada rumo ao interior da região, ocupada inicialmente apenas nas proximidades do lago Guaíba, segundo Laytano (1987), “a foz do Riacho foi primitivamente chamada de Porto do Dornelles. Na década de 1930, canoas atracavam no antigo porto, trazendo lenha, carvão, frutas e verduras”, foi de grande importância, para o abastecimento da região com víveres de primeira necessidades para a época através da navegação de canoas ou pequenos barcos, permitindo o abastecimento da área mais densamente povoada com a produção das áreas rurais, mais afastado da orla do Guaíba, antecedeu o porto que iria ser construído mais tarde devido a intensificação comercial. Segundo Sanhudo (1979), o porto estabelecido inicialmente era muito precário:

Não há dúvidas de que, de porto, só tinha o nome. Existia, segundo as melhores informações, um velho e mal arranjado trapiche que mais se assemelhava a girões improvisados. Ficava no recôncavo da costa do Riacho, onde é atualmente o começo da Rua gen. Cipriano Ferreira. Parece que este era o lugar mais acessível, naquele tempo, para se pisar em terras da estância do Morro de Santana. Ali começou a cidade. (p. 13)

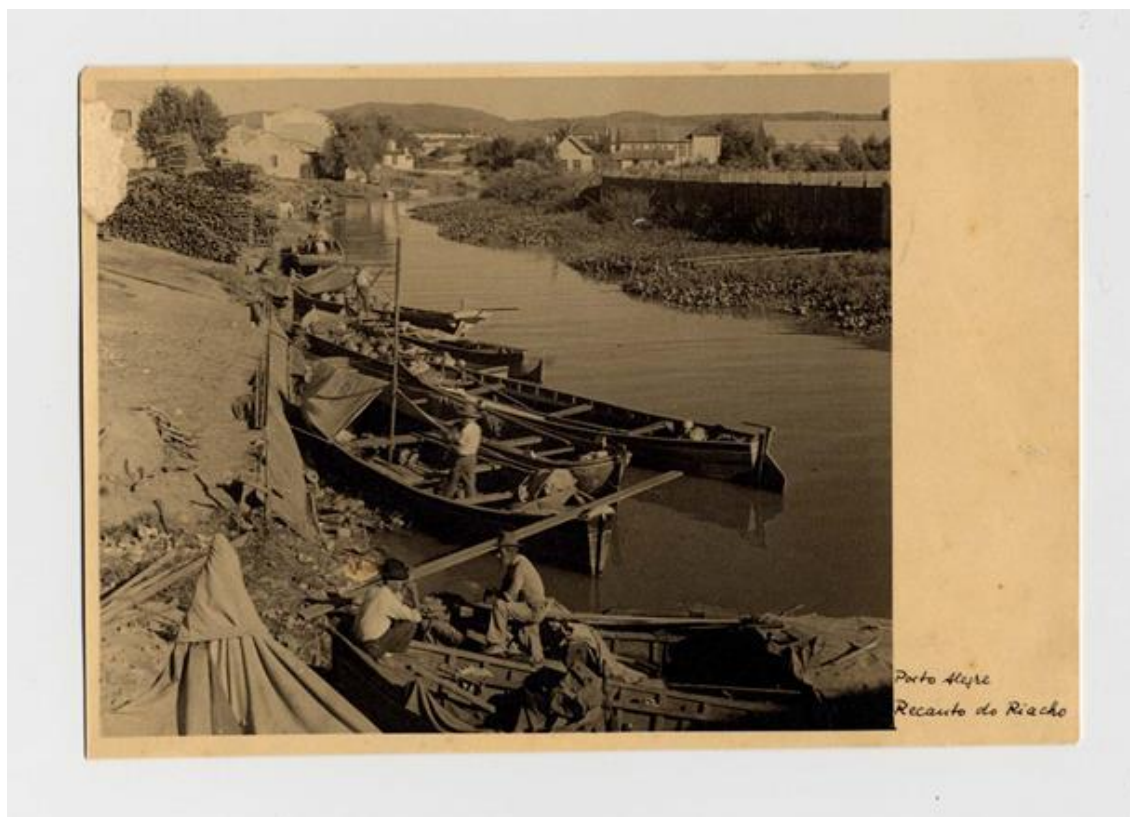


Figura 9 -Recanto do Riacho. Fonte: Acervo do Museu Joaquim Felizardo

Uma das principais funções do arroio Dilúvio, desde a fase inicial da colonização e perdurará durante todo o período colonial, estava ligado ao fornecimento de água, segundo Weimer (1992), “A água tinha que ser trazida em baldes de tanoaria ou em pipas d’alguma fonte próxima, preferencialmente, por algum escravo para não ofender a “dignidade” dos homens livres”. Mais tarde, porém, o fornecimento era feito através de pipas, barris de madeira, a água era recolhida pelos “aguadeiros” no riacho, ou ainda mais tarde em fontes¹⁸ e

¹⁸ De acordo com Fortini: as fontes públicas começaram em Porto Alegre no tempo do Governo de José Marcelino. Os anos de 1779 e 1780, deliberara a Câmara mandar construir duas bicas, destinadas à serventia da população. Uma ficava na Várzea, abaixo da escada (onde começa a Avenida João Pessoa) e a outra à rua Jerônimo Coelho, nas imediações da rua General Paranhos, que ficou conhecida até a abertura da avenida Borges de Medeiros por beco do Poço. Em 7 de agosto de 1832, a presidência da província foi autorizada a tratar do abastecimento d’água à

puxadas por burros ou mesmo cavalos. Na verdade o abastecimento de água neste período sempre foi precário (FRANCA, 2007), tanto no contexto europeu, no caso de Lisboa, como no nordeste, berço da colonização, como no caso de Olinda¹⁹, e não era muito diferente no sul do Brasil, mesmo as margens de um grande corpo d'água como o lago Guaíba.

O trabalho de aguadeiro (Figura 10 e Figura 11) foi fundamental durante todo período colonial, era um abastecimento de água móvel, já que as bicas e chafarizes eram poucas e concentradas em áreas específicas do pequeno vilarejo, mantendo-se pelo menos até o primeiro quartel do século XIX.

Capital, construindo um chafariz ou duas fontes que atingisse o sítio do Guaíba em que a água fosse pura e limpa. Assim ergueram-se uma no norte e outra ao sul do litoral da cidade. Até 1860, existiu uma fonte chamada “dos pobres”, aberta ao uso da população no tempo da presidência do brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho. Existiu essa fonte na rua do Arvoredo (Coronel Fernando Machado). Não há sinal dela, nem de outras, como do chafariz da rua da margem (João Alfredo) feito em 1852. A população teve, pois esse serviço melhorado relativamente, com a instalação da Companhia hidráulica Porto Alegrense (2 de fevereiro de 1876). a água fornecida por dita empresa vinha do arroio Dilúvio ou do Sabão, sito a 15 quilômetros da capital. Dentro de pouco estavam estabelecidos 8 chafarizes, cada qual com a consagração de um nome. Assim, o da praça Independência, chamou-se Santa Isabel; de 15 de novembro - Conde D'Eu; da Várzea - São Pedro; da Harmonia - Duque de Caxias; da D. Feliciano - Santa Leopoldina; da General Osório - príncipe Augusto; da Marechal Deodoro - Imperador; da Senador Florêncio - Imperatriz. P69- Todos esses Chafarizes foram demolidos, encontrando-se um deles no Parque Farroupilha. As casas que dispunham de recursos mais abundantes possuíam em seus terrenos cacimbas, que, como aqueles forneciam água potável.(FORTINI, A. **Porto Alegre Através dos Tempos**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962, p. 68)

¹⁹ Franca (2007, p. 81) discorre: “no que diz respeito ao saneamento o drama continua: na própria Lisboa, capital do Reino, os equipamentos sanitários impressionavam apenas pelo primor artístico sendo o abastecimento d'água irregular e precário além de bem mais caro do que nas outras capitais da Europa, baseado em poços e cacimbas particulares e em fontes e chafarizes públicos. Os banhos para a população de baixa renda, quando não se estava atravessando períodos de seca, eram tomados nas ruas, nos pátios, nos chafarizes e até nas gamelas de alimentação dos animais. As águas servidas eram lançadas das janelas das casas na rua e os dejetos despejados em terrenos baldios ou no rio Tejo. Por esta época, em Olinda, com suas casas estreitas e compridas, frequentemente se lançavam os esgotos no fundo dos quintais sendo os urubus uma presença comum nestes lugares. As fossas eram raras e assim mesmo condenadas pelo poder público por não possuir o devido revestimento ameaçando, desta forma, os mananciais. Os escravos cruzavam as ruas carregando os “tigres”, barris repletos de dejetos das casas para serem lançados nas praias, nos rios ou em qualquer lugar mais retirado. Estes mesmos trabalhadores podiam, na viagem seguinte ser acionados para trazer água das canoas, tanques ou chafarizes para o interior das residências”.



Figura 10 - Aguadeiro, final do século XIX. Fonte: Acervo do Museu Joaquim Felizardo

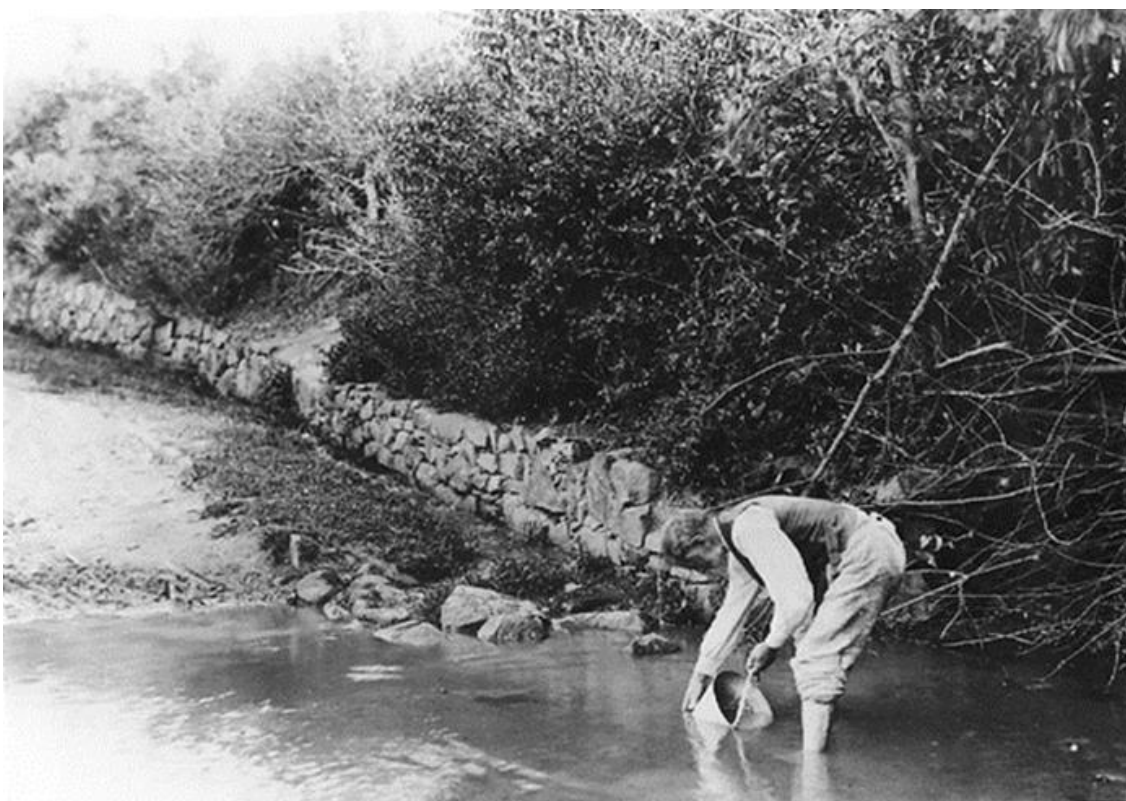


Figura 11 - "Aguadeiro" em Teresópolis, 1901. Fonte: Acervo do Museu Joaquim Felizardo

A coleta de água era feita diretamente no riacho ou do Lago Guaíba, com auxílio de baldes, a água abastecia os barris de madeira, que depois eram levados e vendidos pela pequena freguesia. Este trabalho era considerado “indigno”, a época era realizado por escravos para os que possuíam, mas também era realizado por privados, que traziam a água de chafarizes e bicas, ou do próprio riacho, isto pode ser dito em todo o território no contexto colonial ou mesmo mais tarde, ultrapassando o período colonial, como no caso dos canoieiros²⁰ de Recife e Olinda, ou mesmo nos pequenos vilarejos e núcleos urbanos sob domínio português (FRANCA, 2007).

A verdade é que a distribuição de água em rede canalizada só irá ocorrer em Porto Alegre a partir do ano de 1866, com o projeto e planta executados em Paris, a Hidráulica de Porto Alegre se localizava na frente do Palácio da Presidência e Assembleia, junto a atual Duque de Caxias, onde está o Edifício da Assembleia Legislativa (OLIVEIRA, 1985).

Outra função importante do arroio Dilúvio estava ligado a um dos mais importantes traçados viários da Freguesia, a estrada do Mato Grosso ou do Dilúvio, ou ainda da Azenha por ser continuidade dessa, que deu origem a atual João Pessoa e Bento Gonçalves, que ligava Viamão a Porto dos Casais (Monteiro, 1992), fora uma das primeiras vias aberta e acompanhava o curso do arroio Dilúvio, isso demonstra que os lusitanos foram se adaptando às condições naturais da região, como relevo e a própria hidrografia, das áreas sobre seus domínios, para iniciar os primeiros traçados viários, por exemplo, como aponta Weimer (1992), citando o historiador Sérgio Buarque de Holanda:

...a característica das cidades lusitanas construídas na América seria a liberdade com que haviam sido traçadas: as ruas se amoldavam à topografia segundo a importância dos diversos prédios que iam sendo

²⁰ Os canoieiros representavam uma categoria numerosa e diferenciada de escravos, reunidos em uma irmandade própria - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Canoieiros, já referenciada em outro trecho – com uma estrutura hierárquica de patentes semelhantes às Forças Armadas e um ritual de continências quando suas embarcações se cruzavam no rio. Este transporte de água era moroso e sua higiene bastante comprometida. Por um vintém, se podia tomar banhos dentro destas canoas, sempre encharcadas e sujas. Somente em 1837 a Câmara de Olinda, viria a expedir normas exigindo que os barris fossem cobertos e limpos periodicamente. Além disso para trafegar entre Olinda e Recife, chegando ao Varadouro, os canoieiros tinham que esperar a maré subir. As reclamações dos consumidores quanto à mistura de água doce e salgada eram constantes. Outro problema sério e que contribuía para agravar o mal estar entre Recife e Olinda dizia respeito ao preço final da água para os consumidores, onde era embutido o valor cobrado pelo transporte e a taxa paga pelos canoieiros à Câmara de Olinda. Se a água era obtida nos tanques os proprietários dos mesmos, evidentemente, acresce a tudo isso o seu adicional de lucro (Franca, 2007, P. 81-82).

construídos e em função das necessidades higiênicas e organizacionais do espaço. Segundo este autor, as cidades haviam sido “semeadas.” (p. 48)

Esta rota foi posta em prática em torno de 1771, com a possível transferência da capital, de Viamão para Porto dos Casais, conforme Sanhudo (1979):

Quando o governador José Marcelino, em meados de 1771, começou a pensar em transferir a capital, de Viamão, para esta povoação, uma das primeiras coisas que fez foi ordenar ao capitão Alexandre montanha que abrisse duas estradas para ligar aquela cidade a este Porto dos Casais. Surgiu daí o caminho de Viamão que viria a ser mais tarde o Caminho do Meio e a estrada do Mato Grosso ou do Dilúvio, ambas, entretanto, reza a tradição, vinham culminar no logradouro público já conhecido como os - Campos da Várzea! Aquela foi chamada ainda por Caminho da Capela e esta, depois, tomou o nome de Estrada da Azenha. (p. 227)

De acordo com Milton Santos (2002), para entender o que se passa na a evolução da totalidade social espacializada, é necessário levar em conta alguns conceitos, segundo ele básicos. Torna-se necessário que se interprete a relação dialética entre estrutura, processo, função e forma. Entendendo função como atividade ou tarefa, a ser designado por um objeto, e tomando sua forma natural, no caso de nosso objeto, incluído no processo colonial de produção, em estruturas nem tão planejadas, principalmente no caso luso, o arroio acabou por desempenhar variadas funções, sejam elas artificiais, como no caso do processo de fronteirização, ou de sua própria natureza, fornecendo água, movendo moinhos ou deslocando a produção, mas que permitirão compreender, pelo menos em parte a evolução e o estabelecimento estratégico do modelo colonial de produção.

7 AS RAÍZES DA DEGRADAÇÃO

As raízes históricas da degradação do arroio Dilúvio estão ligadas, não só as funções e técnicas empregadas, e a utilização dos recursos naturais existentes na região, mas, principalmente ao modo de vida dos colonizadores europeus à época, trazidos do velho mundo. A quase inexistência de preocupações ambientais²¹ em seus núcleos urbanos e mesmo de suas áreas rurais, foram trazidas para o novo mundo. Conforme Benjamin (1995), a dominação portuguesa alterou o meio ambiente brasileiro, na medida em que fora colocado de forma abrupta ao sistema econômico colonial, um processo de subordinação e dependência, sendo a colônia estigmatizada como fonte “inesgotável” de recursos naturais. As dimensões de nosso território estimularam sua exploração, esgotando seus recursos e ao mesmo tempo procurando novas áreas a serem “desbravadas”.

Somado a isso, temos a intenção clara dos portugueses de explorar recursos naturais ao máximo, a medida em que a própria estruturação dos povoamentos aqui não deveriam desperdiçar recursos da coroa. Segundo o historiador Sérgio Buarque de Holanda (1969) comparando a colonização portuguesa e espanhola: “A origem desta diferença seriam as idiossincrasias destes dois povos. Enquanto os espanhóis pretenderam fazer da América um prolongamento orgânico de seu país, os portugueses tinham apenas interesses comerciais imediatistas. Isso trouxe consequências imediatas para a implantação destas cidades. Para evitar o calor dos trópicos, os espanhóis procuravam as terras altas onde pudessem desfrutar de clima semelhante ao de seu país. Os portugueses, pelo contrário, se estabeleceram no litoral e impunham exigências especiais para aqueles que quisessem ir “pela terra a dentro”. Como estas

²¹ Conforme Wainer: vigorava em Portugal, à época do descobrimento do Brasil as Ordenações Afonsinas, primeiro código legal europeu, de 1446, com base no Direito Romano e Canônico. Em seus artigos referentes a questões ambientais, não existe menção às águas. A mesma coisa ocorre com as Ordenações Manuelinas, de 1521. Somente com as Ordenações Filipinas, de 1603, obrigatória no reino e colônias portuguesas, houve o caráter precursor na proteção das águas, vigorando no Brasil mesmo depois de decretado o Código Civil (Lei nº 3.071/16), retratado em seu parágrafo 7º do Título LXXXVIII, era expressamente proibido qualquer pessoa jogar material que pudesse matar os peixes e sua criação ou sujar as águas dos rios e das lagoas. (WAINER, A. H. **Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999, p. 192-198)

idades se resumiam em simples entrepostos comerciais, não convinha que fossem feitas despesas com grandes obras nem que se fizesse investimentos na estrutura urbana. Nessas condições, o crescimento das cidades corria por conta dos caprichos dos moradores, o que resultou num traçado “desleixado”, sem rigor, sem método, sem previdência”.

Outro fato que aponta os métodos do colonizador na região está relacionado ao seu sistema de “higienização”, com o aproveitamento de recursos naturais, como a utilização de cursos d’água para se livrar de detritos resultantes da produção colonial²², a mesma que era utilizada no velho mundo, e aqui não fora diferente, a presença de gado, ou mesmo com a criação de porcos serviram-se deste “facilitador” para resolver este problema de produção. Segundo Francisco Riopardense de Macedo (1998), em sua obra, História de Porto Alegre, aponta que no início do século XIX o arroio Dilúvio já serviria para se livrar de detritos de matadouros, o saneamento de tal atividade iria ser feito através do despejo diretamente no arroio Dilúvio:

Considerando a regular concentração da população na vertente norte da península, nela se concentrou a preocupação com o saneamento. O abastecimento de carne era um problema que já fora encaminhado quando destinada a várzea do Portão para reunir o gado. Para matadouro foi escolhida a área próxima do arroio Dilúvio, que daria vazão ao sangue e detritos próprios da atividade. Houve até a destinação de um caminho do gado, margeando o arroio desde a ponta da península até o local que ficou conhecido como rua da Margem (João Alfredo) até o matadouro que seria pelas proximidades da atual Getúlio Vargas. (p. 45)

Este aproveitamento de formas ou feições naturais, aponta uma certa improvisação no “planejamento urbano”, mas, aponta indiretamente para uma tentativa de higienização da pequena vila, se utilizando da própria força da gravidade proporcionada pela declividade do relevo e da força das águas, que iriam acabar no próprio arroio Dilúvio em alguns pontos, como em direção ao lago Guaíba. Isto não só demonstra a despreocupação com os cursos ou corpos

²² Sobre a economia colonial ligada a produção de carne: encurralado nessa mangueira, por algum tempo, era depois conduzida em direção a praia do Riacho e daí comboiado até o matadouro. Essa passagem da tropa por um lado do beco lá existente foi aos poucos emprestado o nome ao lugar, que começou a ser chamado Rua da Passagem. De lá da rua da passagem, como já expliquei, o gado era repontado por algumas tortuosas vias públicas e, sempre procurando costear a margem do rio, vinha a ser encerrado no matadouro do Mingote Penella, que ficava cá entre o Cinema Avenida e a Rua 4 Jacós, antiga ponte Menino Deus. Aí se esfolava o animal e o couro era estaqueado precisamente onde hoje é a Praça Garibaldi. (SANHUDO, A. V. **Porto Alegre: crônicas da minha cidade**. Caxias do Sul: UCS, 1979, p.14)

d'água, como uma nítida política de “aproveitamento” em relação ao meio físico e a estes corpos hídricos. Em Lisboa, na capital do Reino as águas depois de utilizadas por seus moradores, eram jogadas pelas janelas das casas diretamente nos logradouros, terrenos baldios e no próprio rio Tejo (FRANCA, 2007). Neste sentido Weimer (1992), conclui: “Nessas condições, pode-se dizer que esses planos representam um compromisso entre a tradição e as técnicas “acadêmicas” de então”. No caso de Porto Alegre, sua topografia acabou favorecendo e facilitando a utilização deste recurso por parte dos colonizadores, como aponta Weimer (1992):

A rua principal, a rua Formosa (hoje, Duque de Caxias), concebida à maneira das “ruas direitas” (isto é, diretas, que ligavam o portão de entrada às praças centrais) das vilas portuguesas, também aqui fazia a união entre o ponto de chegada na ponta do istmo e a praça central, passando pelo divisor das águas e, a partir dele, foram traçadas ruas paralelas (ruas da Ponte, Hoje Riachuelo e da Praia, hoje dos Andradas). Estas ruas foram ligadas transversalmente por becos que levariam a margem do rio. Todas tinham caimento para o centro de forma a servir de sarjeta para as águas pluviais, levando assim, o lixo que eram atirados nos logradouros. Por essa razão, a implantação da rede viária era feita em função do escoamento das águas. (p. 52)

Sobre a questão do lixo que era jogado nos logradouros, é interessante o depoimento escrito por Auguste de Saint-Hilaire (1920), de passagem em Porto Alegre, entre junho e julho de 1820: “Percebe-se logo que Porto Alegre é uma cidade muito nova. Todas as casas são novas e muitas estão ainda em construção. Mas, depois do Rio de Janeiro não vi cidade tão suja, talvez mesmo mais suja que a metrópole.”

Ainda que esta artimanha lusa representasse uma “solução higienista”, ela representaria outro problema relacionado a erosão dos solos, ativadas pelos percursos feitos pelas águas das chuvas sazonais da região, principalmente naqueles meses ou períodos de grande precipitação pluviométrica, levando-se em conta dados e estudos atuais levantados na área de estudo, sobre este alto índice pluviométrico, “ocorre uma desvinculação dos meses mais chuvosos, ou seja, o maior número de dias com chuva, com os meses de maior índice pluviométrico”, tipicamente ocorrendo no inverno e na primavera e com volumes abruptos no verão (FUJIMOTO, 2001).

De acordo com Macedo (1998), no final do século XVIII, o resultado erosivo da força das águas, pelas características topográficas, eram tão fortes, que necessitavam de pontes para transpor os talvegues abertos pelas vias, uma das

ruas da vertente norte, atual Bento Martins, recebia o nome de rua do Arroio²³ devido ao grande volume de água dos períodos chuvosos:

Muitas ruas marcadas logo após pelo capitão José de Saldanha necessitaram de obras especiais. As vias paralelas ao eixo da península (Duque de Caxias) cruzavam, às vezes, grandes talwegues abertos pela velocidade das águas que despencavam nas vertentes norte e sul. Surgiram, assim, pontes na rua Direita, na rua da Graça e na rua do Cotovelo, que por isso mesmo foi também conhecida como rua da Ponte. Era tanta água que uma das ruas da vertente norte recebeu o nome de rua do Arroio. A administração tentava melhorar a cidade mandando os moradores de certa área, a 22 de março de 1794, fazerem calçadas em frente às suas casas. (p. 31)

²³ A rua do Arroio (sem arroio) era tão pouco conhecida por este nome, que para sabê-lo era necessário ir resolver os arquivos da Câmara, pois era este seu nome oficial; mas em compensação era ela dividida em três seções. (CORUJA, A. A. P. **Antigualhas: reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983, p. 111.)

8 O ARROIO DILÚVIO COMO UM TRANSTORNO AOS MORADORES

Durante a ocupação das áreas que viriam a configurar o nucleamento urbano inicial, restritas entre a crista da atual Duque de Caxias e o lago Guaíba, que daria origem a cidade de Porto Alegre, se criou na sociedade à época um sentimento negativo em relação ao arroio Dilúvio, já que estas áreas eram cruzadas pelo curso meandrante do arroio, sujeitos a extravasamentos de suas águas nos períodos de grandes precipitações, atingindo suas águas estas áreas e seus habitantes. Isto pode ser explicado em parte pela falta de planejamento luso, e de outra pelo total desconhecimento da dinâmica do arroio, levando as populações principalmente de excluídos a ocuparem justamente estas áreas de várzeas no baixo curso do arroio Dilúvio. No entanto é importante evidenciar, mesmo no período em questão, “que a valorização das várzeas não se explica em si mesma. É no contexto de um processo de diferenciação e de divisão do trabalho em geral, através do qual foi se definindo o que seria propriamente urbano, em oposição ao rural, que se encontra sua gênese.” (SEABRA, 1987)

8.1 AS VÁRZEAS DO ARROIO DILÚVIO

Apesar de todas as funções desempenhadas pelo arroio Dilúvio durante todo período colonial, além de fornecer água de qualidade para os primeiros habitantes, as águas do arroio Dilúvio, durante os períodos de chuva ocupavam extensas áreas de sua planície de inundação, conhecidas à época como várzeas, se tornando um empecilho aos moradores que reclamavam uma solução, devido aos constantes alagamentos, essa reclamação é observada por Franco (1998):

...marcou negativamente as zonas que atravessava. É que, não sendo caudaloso em condições normais, avolumava subitamente as suas águas por ocasião das grandes chuvaradas, provocando frequentes alagamentos nas baixadas dos bairros Santana, Azenha e Cidade Baixa (p. 343)

Esta condição, embora natural do arroio Dilúvio, demonstra nitidamente que a ocupação de suas margens (Figura 12) não respeitavam seu curso e sua dinâmica, mesmo assim, era insistentemente tentado, mesmo com escassos recursos, segundo Franco (1998):

Consta das atas da Câmara Municipal, que, em 1777, os membros daquela corporação foram coagidos pelo Governador da Capitania,

Brigadeiro José Marcelino de Figueiredo, a destinarem uma verba “para a fatura da ponte do passo de Francisco Antônio”, o que vem a ser a primeira ponte da Azenha. Tal construção não foi duradoura, tanto que em 1802 (out./6) os camaristas resolveram determinar ao procurador que mandasse “fazer a ponte da azenha às custas de todos os moradores que transitam pela dita ponte”. E resoluções similares a essa se reproduziram várias vezes, porquanto as torrenciais enchentes do arroio Dilúvio sistematicamente danificavam a obra, de molde a exigir retificações e reparos. Encontram-se autorizações de pagamentos de despesas feitas com a ponte da Azenha em repetidos anos. (p. 50)



Figura 12 - Riachinho e rua Pantaleão Telles, atual rua Washington Luis, final do século XIX.
Fonte: Família Prati, 2018

Enquanto a ocupação inicial do que seria Porto Alegre se deu a partir da península central onde seu extremo hoje situa-se o gasômetro, tendo por eixo delimitador da área urbana o espigão da atual Duque de Caxias, as inundações afetaram mais as áreas e comunidades rurais (FRANCO, 1998). Mas a medida em que a vila fora sendo mais povoada, as áreas a serem ocupadas seriam justamente as várzeas, consideradas menos nobres, que seriam os atuais bairros Azenha, Cidade Baixa, Santana, e Menino Deus, arraiais no período em questão, ...“nucleações diminutas, desligadas umas das outras e apenas relacionadas com a cidade, atual centro urbano, através de estradas que no máximo poderiam ter cinco quilômetros...” Macedo (1973), todos eles formavam as várzeas do arroio

Dilúvio, em seu baixo curso, sinuoso, serpenteando estes arraiais, em períodos de chuva extravasa suas águas para além de seu curso. A concentração espacial e suas consequências mais imediatas são descritas por Moacir Flores (1987):

Os antigos povoadores escolheram o sítio urbano em função da posição geográfica, construindo uma cidade em acrópole com objetivo militar. A entrada principal era no portão alinhado com a rua do Cotovelo (Riachuelo) e o Caminho do Meio (Osvaldo Aranha). Entrava-se direto na rua do Cotovelo, distribuindo o trânsito pelas transversais. No fim do século passado bloquearam a entrada com a praça da Independência (hoje Argentina), mudando a entrada para a rua da Redenção (João Pessoa). Assim, desconhecendo as características do sítio de Porto Alegre, os morros foram ocupados sem plano urbanístico, provocando erosão; as várzeas loteadas, sofrendo inundações com as chuvas. (p. 15)

Estas áreas foram habitadas principalmente por uma população pobre (PESAVENTO, 1989), estas áreas alagadiças foram sendo ocupadas pelos excluídos da época, marcadas como perigosas, evitadas pela população, Pesavento (1989) discorre sobre estas áreas:

Tais incidentes ocorriam basicamente naquelas zonas habitadas pela população pobre, como a Cidade Baixa, onde se localizavam as referidas ruas do Arroio e da Margem, área que, durante a época da escravidão, era conhecida por Emboscada, por ser esconderijo de negros fugidos e enfrentamentos com os capitães-de-mato. Da mesma forma, outros locais tidos como perigosos eram o arraial da Baronesa, entre a Cidade Baixa e o início do arrabalde do Menino Deus, famoso por seus becos, onde se açoitavam vagabundos, bêbados e prostitutas. Também a rua Santana, na época conhecida como rua dos Pretos Forros, alagadiça e habitada pela população pobre, era outra zona onde se concentravam os negros. Todavia, mais do que qualquer área da capital, a chamada Colônia africana era célebre pelos distúrbios e crimes que lá ocorriam. (p. 81)

A cidade alta, formada pela crista, a atual Duque de Caxias, além de limitar a área urbana neste princípio do período colonial, ia sendo estruturada pelo poder público em função da estruturação política, e representava a parte nobre da cidade, “onde habitavam os elementos de maior representação social”, afastada de enchentes e do vento minuano, ao passo que na parte baixa eram concentradas as atividades comerciais e portuárias, a vila propriamente dita, na baixada da praia, era entrecortada por picadas e córregos, e ruas bastante precárias. Conforme Pesavento, “essa área continha em seu nome não só a questão topográfica original - terras baixas que davam para a praia do riacho - mas também a representação valorativa daqueles que habitavam: a gente de menor importância, que não tinha posses para morar na cidade alta.” Alude a este cenário Pesavento (2002):

Tais ruas eram cruzadas por becos e habitações muito modestas, caracterizando um espaço anárquico, em terrenos acidentados, com construções precárias, e atravessados, por vezes, por pontes e pinguelas, uma vez que eram cortadas por arroios. Nesse entrecruzamento se combinavam espaços públicos como os Largos da Quitanda, dos ferreiros, do Pelourinho e do Arsenal. Nesse último, em 1774, fora erguido o arsenal de guerra, que dá o tom da preocupação estratégico militar do poder público. A vida comercial e portuária se concentrava na baixada da praia, fronteira às ilhas, e na cidade alta, sobre a colina, articulou-se o centro cívico. A cidade alta agregava a Praça da Matriz, ao que se acrescentou o Palácio do Governo (1784) e a Casa da Junta (1790). (p. 249)

Dentre as áreas de várzeas do arroio Dilúvio estava o bairro atual Cidade Baixa, o riacho, “vulgarizado por Riachinho”, era bem mais largo a partir de sua foz, no lago Guaíba, até a altura da ponte da Azenha, neste tempo canoas e barcos navegavam e iam buscar, trigo da azenha, tijolos e telhas da olaria do Tristão, instalada nas proximidades da atual ponte do Menino Deus, às margens do sinuoso arroio Dilúvio, em fins de 1780. Nessa região, a época da escravatura levava o nome de “emboscadas”, entre a atual Venâncio Aires, República e João Pessoa, “era uma região de meter medo aos mais valentes”, formados por terrenos baixos, cortados por sangas, picadas, capões e moitas, árvores e macegas, formando um verdadeiro labirinto, onde a topografia acidentada forneciam esconderijos a negros fugidos ou a qualquer um que tivesse neste cenário a intenção de praticar algum mal. É nestas paragens costeando a margem do arroio Dilúvio que irá surgir a rua da margem²⁴, atual João Alfredo (SANHUDO, 1979). Ainda sobre a ocupação inicial do atual bairro Cidade Baixa, Sanhudo faz referência aos primórdios de sua ocupação:

Isso nos primeiros anos do século passado, pois foi em fins de 1780, que o catarinense João de Souza Costa adquiriu aqueles terrenos nuns banhados da margem oriental do Jacareí e as capoeiras da Várzea e instalou a sua famosa olaria, dando nome, como já vimos, à futura rua e travessa, que por aí vieram cruzar mais tarde. Até a metade do século, ou melhor, até o fim da Guerra dos Farrapos, essa região era subúrbio e com aspectos bem característicos da zona rural. Pouco a pouco foi melhorando, tendo, logo depois, com a instalação da olaria do Tristão, cá defronte à ponte do Menino Deus, à margem do nosso sinuoso Arroio

²⁴ De acordo com Sanhudo (1979, p. 208): nesse meado do século, ao longo do Riacho foi-se formando um caminho tão sinuoso e movimentado quanto as voltas do arroiozinho que a população, natural e imaginosa, começou a chamar de Caminho da Margem. Mais tarde, seria a Rua da Margem, uma autêntica estrada contornando a margem do Dilúvio. E tudo era assim... O açoriano, como tenho procurado explicar, tinha os sentidos práticos das coisas. Os nomes surgiam quase como uma decorrência inevitável dos fatos ou dos acidentes que apresentavam. Nada mais lógico e objetivo para suas imaginações repassadas da paisagem rasgada nos horizontes abertos do oceano. Essa Rua da Margem viria a ser, ainda antes do fim do século, a Rua João Alfredo, nome que ainda conserva.

Dilúvio, aumentando apreciavelmente o número de casas nessa região que hoje chamamos de Cidade Baixa. (p. 208)

Já a Várzea do Portão (Figura 13), atual Parque Farroupilha, onde o portão servia de entrada e saída da área urbana, também era uma região perigosa devido as suas características naturais, um vasto banhado, com raros tufos de matos e completamente deserta, com boa fauna de aranhas e cobras, fora dos muros da cidade. Esta área, no ano de 1807 será transformada na paragem dos gados que irão suprir os açougues e matadouros, servirá de paragem e descanso de viajantes que vem de fora e trazem o gado. Fora justamente esta condição de Várzea do Riacho, que serviu de paragem de tropas de gado trazidas para abastecer a cidade, que acabará conservando esta área até os dias de hoje, a mando do próprio Imperador, julgando-a necessária a exercícios militares²⁵, na verdade a última área verde de certa extensão que ainda restara nesta época de crescimento da cidade (SANHUDO, 1979).

²⁵ De acordo com Sanhudo (1979, p. 228): vinte anos depois de ter recebido aquela concessão, a Câmara que precisava construir uma cadeia e andava em apuros para manutenção dos expostos, solicitou permissão para repartir e aforar os terrenos da várzea. Foi o próprio Imperador que não o permitiu, por julgar “conveniente conservá-la livre e desembaraçada por ser o único lugar que oferecia as necessárias proporções para os exercícios militares”. Desse modo, para pousos ou exercícios militares, a Várzea foi ficando resguardada da fúria das construções particulares. Hoje, mais do que nunca, não se pode negar que foi uma sorte para a cidade! O vereador Pinto de Souza pode ter sido um demagogo, mas não se diga que ele não era bem intencionado. Eis que, em junho de 1833, vai à tribuna e diz: “sendo a cidade já bastante grande, e cada vez mais populosa, faltam-lhe contudo, todos os meios de entreter os seus habitantes nas horas de recreio”. E propõe então a construção, na Várzea, dum Jardim Botânico e Passeio Público. O projeto era bom e previa muros, portões, janelas, grades e até dizia a certa altura: “enquanto não puder ser desta maneira cercado de espinhos ou limoeiros”. Foi discutido... e por isso mesmo a Várzea continuou no costumeiro abandono dos matos e charcos... Afinal, custava tanto dinheiro!



Figura 13 – Carreiros e carroças no Campo da Redenção, década de 1900. Fonte: Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

Esta ocupação das áreas de várzeas do arroio Dilúvio foi preponderante na relação entre a população e o arroio, acabou por criar um sentimento negativo da população em relação ao arroio, sua condição natural aliada às condições pluviométricas sazonais, levavam a diversas “enchentes”, trazendo prejuízos a estas populações. Mesmo que isso fizesse parte do cotidiano natural do arroio, ou de sua geodinâmica, durante todo o período colonial. As “enchentes” segundo Guerra e Guerra (1997): “Geralmente causam verdadeiros desastres, provocando perdas na agricultura, pecuária, cidades próximas, etc.”, isso à época devia ser sentida e reclamada com muito mais intensidade, principalmente se tomarmos o modelo de produção colonial, basicamente agropecuário, mesmo em um núcleo urbano, como no caso de Porto Alegre (Figura 14), isso representava uma verdadeira calamidade. Uma cheia de proporções significativas é registrada no ano de 1833, afetando principalmente seu baixo curso, e certamente suas áreas de várzeas. Sobre este fato Franco (1998) atesta:

Em matéria de danos produzidos à própria cidade, as primeiras referências a uma enchente desastrosa são de setembro de 1833. Podem ver-se em atas da Câmara Municipal de 12/9 E 16/9 daquele ano, sobre interrupção de passagem na Praia do Riacho (hoje Washington Luís) e sobre danos na antiga ponte do Riacho, que ficava junto à foz deste, defronte à embocadura da Rua General Auto. Arsène Isabelle, em sua Viagem ao Rio Grande do Sul – 1833-1834, também alude a essa inundação, como tendo causado prejuízos às casas do porto, que seriam necessariamente as da Rua da Praia. (p. 143)



Figura 14 - Planta da Cidade de Porto Alegre, de 1833, de autoria de Lívio Zambeccari. Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

A utilização e ocupação das áreas de várzeas, ou de partes da planície de inundação do arroio Dilúvio, em parte se deve a localização espacial do nucleamento urbano inicial, com objetivos militares, o que limitou o que viria a ser cidade durante o período colonial. Este processo de construção histórica e social do espaço, incluindo o arroio Dilúvio, se liga ao curso do processo de produção do espaço urbano/rural colonial, ou seja, dependente de práticas e relações sociais de então. Esta disposição espacial urbana e populacional, pode ser vista como resultante dessas relações e vai aos poucos criar um sentimento negativo na relação entre a população e o arroio, tal “estratégia” da Coroa, além do processo de produção colonial, evidencia de certa forma uma das possíveis origens de tal sentimento em relação ao arroio.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história espacial no período colonial do arroio Dilúvio, se mescla a história dos habitantes que conviveram, em diferentes tempos, sejam eles, os que originalmente habitavam e viveram de suas águas, ou daqueles que vieram depois, como de processos produtivos e ideológicos, e se funde com a própria história social e espacial da pequena vila e nucleamento urbano que daria origem a cidade de Porto Alegre.

Uma análise geo-histórica ambiental apurada, no contexto de nossa pesquisa, nos permite concluir que os habitantes autóctones destas paragens, mesmo através de um estudo indireto, infelizmente o único possível, apontam, por seus modos de vida e sua cultura, estarem totalmente ligadas a estes diversos ambientes naturais, principalmente aos corpos d'água, e que se relacionam diretamente com nosso objeto de estudo, demonstram que souberam conviver harmoniosamente, tendo pleno conhecimento da dinâmica destes sistemas naturais milenarmente, comprovados pela preservação destes ambientes ou de sistemas naturais complexos, isso até a chegada dos colonizadores europeus.

De outra forma, com a chegada dos colonizadores, onde a ideologia da colonização e de seu sistema de produção, em nosso caso o da colonização europeia portuguesa, colaboraram intensamente com as origens da degradação do arroio Dilúvio, outrora Jacareí, através da apropriação e utilização deste manancial, em uma cultura ou sistema de exploração de recursos naturais totalmente descompromissada, comprovadamente ligadas ao modelo europeu e ao seu sistema colonial de exploração.

Buscando a gênese da degradação do arroio Dilúvio podemos chegar a duas caracterizações importantes deste processo: a desconsideração por parte dos “civilizadores” da cultura milenar autóctone e de suas relações com o meio natural, negada pela ideologia do colonizador, carregada de estigmas e sedentas por recursos; e da função militar inicial deste nucleamento urbano, que criou os fundamentos da concentração das atividades produtivas do sistema colonial nesta área restrita, limitando o sítio urbano. Um dos primeiros atos do governador Figueiredo foi proteger a península, era quase impossível um ataque pelo lago Guaíba, entretanto por terra, a situação era bem diferente, o povoado era vulnerável pelo flanco leste. Para tentar evitar a invasão da nova capital, o

Governador da Província José Marcelino de Figueiredo autorizou a construção de fortificações. As obras se estenderam de 1773 a 1778 e formaram uma trincheira na fronteira seca da vila, em um largo próximo à Santa Casa de Misericórdia, um portão controlava a entrada e saída dos moradores e forasteiros.

A localização e delimitação espacial deste núcleo urbano inicial, que se tornara Cidade quase ao fim do período colonial, marca o domínio territorial, de intensa atividade comercial e militar, sendo responsável por um “sentimento negativo” em relação ao arroio Dilúvio, já que limitou estas atividades coloniais e suas populações a este espaço, que se concentraram justamente na parte baixa da vila que viria a ser intensamente ocupada, justamente no baixo curso sinuoso do arroio Dilúvio, isso viria a selar o destino do arroio, a ponto de se buscar, desde logo, se livrar de sua sinuosidade característica, assim ocupando suas várzeas, mesmo que a cidade ou nucleamento urbano, ainda não houvesse se configurado como tal.

As funções dadas ao arroio Dilúvio e suas águas, colaboraram com esta concentração espacial urbana inicial, já que permitiram o estabelecimento e deram solução, possibilitando as condições fundamentais a estas populações que viriam a fundar o nucleamento urbano. O arroio que ajuda ao estabelecimento das primeiras populações, contraditoriamente seria também um empecilho à parte destas populações, à medida que o nucleamento se intensificava, o problema aumentava significativamente. A área configurada como cidade baixa, tomando aqui o conceito topográfico, área de produção e dos excluídos, e que se tornara o centro pulsante do nucleamento urbano, justamente junto aos meandros do arroio Dilúvio, e acabará por determinar seu destino.

Este estudo não se esgota aqui evidentemente, já que representou apenas uma tentativa de buscar elementos históricos/espaciais que explicitasse de alguma forma as origens das utilizações e modificações impostas ao arroio Dilúvio durante este curto espaço de sua história geológica e conseqüentemente de sua degradação ou de seu estado atual. Sua história continuou e continua ainda hoje, representada pela história de nossa sociedade e de suas concepções destes espaços naturais ou transformados. Espero que de alguma forma este estudo possa contribuir para o debate acerca deste rio urbano, tão significativo para a cidade de Porto Alegre.

REFERÊNCIAS

- ABREU, MAURÍCIO DE ALMEIDA. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 2º edição. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1988.
- ADORNO, T. L. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985.
- BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992.
- BRAUDEL, F. Há uma geografia do indivíduo biológico? In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRAUDEL, F. História e Sociologia. In: BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- CARBÓ, Eulália R. La geografía como disciplina científica. Por un reencuentro con la historia. **Historias**. 2005, n.61, p.53-66.
- CÉ, A. R. S. Arroio Dilúvio e Paisagem Urbana. In: KOTHER, B. M.; FERREIRA, M. S.; BREGATTO, P. R. **Arquitetura e Urbanismo: posturas, tendências e reflexões**. Porto Alegre: EDIPUCIRS, 2006.
- CERTEAU, M. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.
- CORUJA, A. A. P. **Antigalhas: reminiscências de Porto Alegre**. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1983.
- DE GRANDI, C. **Loureiro da Silva: o charrua**. Porto Alegre: Literaris, 2002.
- DICIONÁRIO ILUSTRADO TUPI GUARANI. **Jacareí**. Disponível em: <<http://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/jacarei>>. Acesso em: 8 de set. de 2018.
- DRUMMOND, J. A. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991, p. 177-197.
- FAMÍLIA PRATI. **Fotos Antigas RS - Álbum de Porto Alegre**. Disponível em: <http://prati.com.br/fotosantigas/fotos-antigas-porto-alegre>. Acesso em: 10 de set. de 2018.
- FLORES, H. A. H. (Org.). **Porto Alegre: história e cultura**, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- FLORES, M. Sítio Urbano. In: FLORES, H. A. H. (Org.). **Porto Alegre: história e cultura**, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987.
- FORTINI, A. **Porto Alegre Através dos Tempos**. Porto Alegre: Divisão de Cultura, 1962.
- FRANCA, D. T. (Coord.). **A história do uso da água no Brasil: do descobrimento ao século XX**. Brasília: ANA, 2007.
- FRANCO, S. C. **Porto Alegre: guia histórico**. Porto Alegre: Ed. da Universidade, 1998.

FREITAS, A. E. C.; FAGUNDES, L. F. C. **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**. Porto Alegre: PMPA/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2008.

FUJIMOTO, N. S. V. M. Análise Ambiental Urbana na Área Metropolitana de Porto Alegre-RS: Sub-bacia Hidrográfica do Arroio Dilúvio. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Física, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2001.

FUJIMOTO, N. S. V. M. Implicações ambientais na Área Metropolitana de Porto Alegre-RS: um estudo geográfico com ênfase na geomorfologia urbana. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 12, 2002.

FUJIMOTO, N. S. V. M.; SCHIMITZ, C. M. Mapeamento Geomorfológico Aplicado a Análise Ambiental do Município de Viamão – RS. **V Simpósio Nacional de Geomorfologia/ Encontro Sul-Americano de Geomorfologia**, Santa Maria, Brasil, 2004.

FUJIMOTO, N. S. V. M.; DIAS, T. S. Compartimentos de Relevo do Município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul - Brasil. **Anais do 12º Encontro de Geógrafos de América Latina**, Montevideo, Uruguay, 2009.

GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Degradação Ambiental. In: **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1969.

HUIZINGA, J. Desarrollo de la Ciencia Histórica desde comienzos del siglo XIX. In: **Sobre el estado actual de la Ciencia Histórica: cuatro conferencias**. Tucuman: Ed. Cervantes, 1934.

HUIZINGA, J. En torno a la definición del concepto de Historia. In: **El concepto de la historia y otros ensayos**. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO SUL - IHGRS. **Cartografia virtual histórica-urbana de Porto Alegre**. Porto Alegre: IHGRS, 2005. 1 CD ROM.

KNIERIM, C.; CARELI, S. **Releituras da História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FIGTF/FAPA, 2012.

LEAL E VALEROSA. Disponível em: <http://lealevalerosa.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

LOPES, L. R. **História do Brasil Colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

LUFT, C. P. **Mini Dicionário**. São Paulo: Ática, 2005.

MACEDO, F. R. **Porto Alegre: origem e crescimento**. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1968.

MACEDO, F. R. **Porto Alegre: história e vida da cidade**. Porto Alegre, Editora da Universidade, 1973.

MACEDO, F. R. **História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.

- MARTINEZ, P. H. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.
- MARTINEZ, P. H. **História natural paulista: temas, fontes, métodos**. São Paulo: SENAC, 2007.
- MATTOS, G. **Dicionário Júnior da Língua Portuguesa**. São Paulo: FTD, 2011.
- MELLO, S. S. Na beira do rio tem uma cidade: urbanidade e valorização dos corpos d'água. 2008. 348f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.
- MENEGAT, R. et al. **Atlas Ambiental de Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1998.
- MONTEIRO, C. **Porto Alegre e suas escritas – histórias e memórias**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.
- NOAL FILHO, V. A.; FRANCO, S. C. **Os viajantes de Porto Alegre: 1890-1941**. Santa Maria: Anaterria, 2004.
- OLIVEIRA, C. S. **Porto Alegre e sua formação**. Porto Alegre: Metrópoles, 1993.
- PEREIRA, L. M. **Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Guyraroká**. Brasília: FUNAI, 2002.
- PESAVENTO, S. J. **A emergência dos subalternos: trabalho livre e ordem burguesa**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1989.
- PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1990.
- PESAVENTO, S. J. **Memória Porto Alegre: espaços e vivências**. Porto Alegre: Editora da Universidade/Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- PESAVENTO, S. J. **Os Pobres da Cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.
- PESAVENTO, S. J. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 16, 1995, p. 279-290.
- PESAVENTO, S. J. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.
- PESAVENTO, S. J. A cidade maldita. **Actas do Quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas**, Coimbra, 1996.
- PESAVENTO, S. J. **O imaginário da cidade: visões do urbano: Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999.
- PITERMAN, Ana; GRECO, Rosângela Maria. **A água e seus caminhos e descaminhos entre os povos**. Revista APS, Juiz de Fora, v. 8, n. 2, p.151-164, 01 jul. 2005. Semestral.
- PRADO JUNIOR, C. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.
- PORTO ALEGRE. **Plano Diretor de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA, 1964.

PORTO ALEGRE. Gerenciamento de Bacias Hidrográficas do Município de Porto Alegre. Porto Alegre: PMPA, 1993.

PORTO ALEGRE; DEPARTAMENTO DE ESGOTO PLUVIAL – DEP. **O Arroio Dilúvio**. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p_secao=71>. Acesso em: 1 de out. 2018.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2000.

RESENDE, S. C.; HELLER L. **O saneamento no Brasil: políticas e interfaces..** Belo Horizonte: UFMG - Escola de Engenharia, 2002. 310 p.

ROCHE, J. Porto Alegre, Metrópole do Brasil Meridional. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 19, 1966.

RONALDO MARCOS BASTOS. **Porto Alegre: uma história fotográfica**. Disponível em <<http://ronaldofotografia.blogspot.com.br>>. Acesso em: 1 de out. de 2018.

ROSEN, G. **Uma história da Saúde Pública**. São Paulo: Hucitec: Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, 1994. 423p.

ROSEN, C. M.; Tarr, J. A. The importance of an urban perspective in environmental history. **Journal of Urban History**, v. 20, 1994.

SÁ, D. M. **A ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SAINT-HILAIRE, A. F. C. P. **August Saint-Hilaire em Porto Alegre: 1820-1821**. Porto Alegre: PMPA/SMEC, 1979.

SAINT-HILAIRE, A. F. C. P. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiros, 1987.

SANHUDO, A. V. **Porto Alegre: crônicas da minha cidade**. Caxias do Sul: UCS, 1979.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

SAUER, C. O. **A morfologia da paisagem**. 1998.

SAUER, C. O. Geografia cultural. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 1-7.

SCHMITZ, P. I. Pré-história do Rio Grande do Sul. Documentos 05. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1991.

SEABRA, O. C. L. Os meandros dos rios nos meandros do poder Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.

SILVA, D. A. **Dicionário Histórico e Geográfico da Província de S. Pedro ou Rio Grande do Sul**. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1865.

SILVA, L. M. T. Trajetórias pela Geografia Histórica. In: BEZERRA, A. C. A.; GONÇALVES, C. U.; NASCIMENTO, F. R.; ARRAIS, T. A. (Org.). **Itinerários Geográficos**. Niterói: EdUFF, 2007.

SIMONINI, Y.; FERREIRA, A. L. A dimensão urbana da natureza: considerações sobre a história ambiental. **Biblio 3W**, Barcelona, v. 18, n. 1039, ago. 2013.

SOARES, A. L. R.; KLAMT, S. C. **Antecedentes indígenas: pré-história compacta do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2005.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia**. Petrópolis: Vozes, 1976.

SOUZA, C. F.; MÜLLER, D. M. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1997.

SOUZA, C. F. **Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2008.

SOUZA, J. O. C. Territórios e povos originários (des)velados na metrópole de Porto Alegre. In: FREITAS, A. E. C.; FAGUNDES, L. F. C. **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba**. Porto Alegre: PMPA/ Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana, 2008.

SOUZA, M. L. **Por uma Geografia Libertária**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

SPALDING, W. **Pequena História de Porto Alegre**. Porto Alegre: Sulina, 1967.

TARR, J. A. Urban history and environmental history in the United States: complementary and overlapping fields. In BERNHARDT, C. (ed.). **Environmental problems in european cities of the 19th and 20th**. New York/Muenchen/Berlin: Muenster, 2001.

TARR, J. A. Introduction: thoughts about Pittsburgh environment. In TARR, J. A. (ed.). **Devastation and renewal: an environmental history of Pittsburgh and its region**. Pittsburgh: University of Pittsburgh, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL; PORTO ALEGRE; VIAMÃO. **Programa de Qualificação da Bacia do Arroio Dilúvio: um futuro possível**. Porto Alegre: UFRGS/PUCRS/PMPA/PMV, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Revitalização do Arroio Dilúvio: um futuro possível**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/arriodiluvio>>. Acesso em: 10 de jan. de 2018.

VASCONCELOS, PEDRO DE ALMEIDA. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. Ilheus: Editus, 1999.

WAINER, A. H. **Legislação ambiental brasileira: subsídios para a história do direito ambiental**. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1999.

WEIMER, G. **A Arquitetura**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1992.

WORSTER, D. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991.